

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA
GAMMA- Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	4
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	6
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE	22
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	23
FUNDOS PRÓPRIOS	24
PERSPETIVAS PARA 2023	24
FACTOS RELEVANTES APÓS O TÉRMINO DO EXERCÍCIO	25
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	25
NOTA FINAL	26
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	83

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais, vem o Conselho de Administração submeter à aprovação de V. Exas. o relatório de gestão, bem como as demonstrações financeiras e o respetivo anexo às contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2022, os órgãos sociais eram compostos pelos seguintes membros:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: José Manuel Galvão Teles

Vice-presidente: António Maria Pinto Leite

Secretário: Secretário da Sociedade

Conselho de Administração:

Presidente: Alexandra Manuel de Almeida Gomes

Vogal: José Fernandes Caeiro

Conselho Fiscal:

Presidente: José Duarte Assunção Dias

Vogais: Henrique Salema de Carvalho e Silva

José Luis Areal Alves da Cunha

Secretário da Sociedade: Marta Maria Appleton de Serpa Pimentel Marques

Revisor Oficial Contas: PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda,
representada por José Manuel Henriques Bernardo.

No passado dia 22 de dezembro, o acionista deliberou sobre a nomeação dos órgãos sociais para o triénio 2023/2025, sujeita à autorização ou não oposição por parte da entidade de supervisão competente, entretanto concedida, pelo que à data do presente relatório, a composição dos órgãos sociais é a seguinte:

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Antonio Maria Pinto Leite;

Secretário: Secretário da Sociedade;

Conselho de Administração:

Presidente: Alexandra Manuel de Almeida Gomes;

Vogal: José Fernandes Caeiro;

Conselho Fiscal:

Presidente: José Duarte Assunção Dias;

Vogais: Henrique Salema de Carvalho e Silva;

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni;

Suplente: José Luis Areal Alves da Cunha;

Revisor Oficial Contas: PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representada por José Manuel Henriques Bernardo.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia Internacional

O contexto global, em 2022, foi extremamente complexo, marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, e guerra subsequente, que amplificou os efeitos disruptivos sobre a oferta decorrentes do processo de recuperação mais rápida da procura global no pós-pandemia.

As ondas de choque causadas pelo início da guerra na Ucrânia, materializaram o segundo choque de oferta desde 2020, após a pandemia, e que se transmitiram por vários canais: (i) novas perturbações nas cadeias de logísticas e de valor globais, ao retirar a Ucrânia e a Rússia dos fluxos comerciais; e (ii) uma subida pronunciada dos preços das matérias-primas e da energia, decorrente da dependência energética, pela Europa.

A manutenção de uma política de “Covid zero” por parte da China em 2022, culminou numa aceleração pronunciada da inflação, para máximos de mais de três décadas, provocando, por sua vez, um duplo efeito: (i) uma intervenção musculada dos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa corrente, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Consequentemente, assistiu-se, a partir do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, materializada num progressivo abrandamento da atividade económica, e numa revisão em baixa das perspetivas de crescimento, para 2022 e, em especial, para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, ao longo do ano, foi progressivamente revendo em baixa as projeções de crescimento económico, em especial para o ano de 2023.

Apesar da deterioração das expectativas, a dinâmica de crescimento observada em 2022 revelou-se menos adversa face ao inicialmente esperado, prolongando a recuperação pós-pandémica, muito alavancada pela atividade turística, que reanimou muito mais rapidamente do que o previsto. A generalidade das economias recuperou, em 2022, os níveis de atividade observados no final de 2019, antes da pandemia.

Ao longo do ano, a maioria das economias foi diminuindo as restrições associadas ao controlo da pandemia, à medida que a incidência da doença Covid foi diminuindo. Já no final do ano, a China pôs termo à sua estratégia de “Covid zero”.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Na atualização de janeiro de 2023 do “World Economic Outlook” o Fundo Monetário Internacional reviu em alta ligeira as projeções económicas para o ano de 2023, incorporando o facto de as principais economias terem evitado uma contração da atividade no final de 2022, embora continuando a antecipar uma desaceleração da atividade face às taxas de crescimento observadas no ano anterior.

Crescimento Económico Mundial

	2021	2022E	2023P
Mundo	6,2	3,4	2,9
Países Avançados	5,4	2,7	1,2
EUA	5,9	2,0	1,4
UEM	5,3	3,5	0,7
Reino Unido	7,6	4,1	-0,6
Japão	2,1	1,4	1,8
Países em Desenvolvimento	6,7	3,9	4,0
África	4,7	3,8	3,8
Ásia	7,4	4,3	5,3
China	8,4	3,0	5,2
Europa de Leste	6,9	0,7	1,5
Médio Oriente	4,5	5,3	3,2
América Latina	7,0	3,9	1,8
Brasil	5,0	3,1	1,2

Fonte: FMI (janeiro de 2023)

Deste modo, o FMI estima que a economia mundial tenha crescido 3,4% em 2022, o que reflete uma revisão em alta de 0,2pp face à estimativa de outubro de 2022, e que foi transversal para as economias avançadas (crescimento de 2,7%) e emergentes (3,9%).

Nos EUA, o PIB cresceu 2,0%, em média anual, embora com um primeiro semestre particularmente fraco, com a economia a atravessar uma recessão técnica. No segundo semestre a atividade recuperou, apesar de a Reserva Federal ter acelerado o ritmo de subida das taxas de juro de referência.

A recessão técnica foi devida a fatores pontuais, fruto de um forte aumento das importações, no primeiro trimestre, e uma redução de existências, no segundo. Ao longo do ano, o consumo privado manteve-se resiliente, suportado por baixos níveis de desemprego e por aumentos salariais elevados, que contribuíram para a transmissão dos elevados aumentos dos preços da energia às demais classes de serviços, reforçando a dinâmica inflacionista.

A taxa de desemprego permaneceu baixa ao longo de todo o ano, abaixo de 4%, apesar da pronunciada subida das taxas de juro de referência. Embora em moderação, a economia manteve ritmos sustentados de criação de emprego, por sua vez traduzidos em crescimento dos salários relativamente elevados.

Em resultado, a inflação acelerou de forma bastante pronunciada ao longo do ano, com uma variação média anual de 8,0%, o mais elevado desde 1981, com o contributo material da inflação subjacente (que exclui alimentação e energia), de 6,1%.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

A Reserva Federal reagiu, acelerando o ritmo de subida das taxas de juro de referência, com duas subidas da principal taxa de referência (*Fed funds*) em 0,75%, igualmente o ritmo mais forte desde 1994, após o que moderou para 0,5% e, já em 2023, para 0,25%. No ano de 2022, a taxa dos *Fed funds* subiu, deste modo, em 4,5pp face ao final de 2021, para 4,75% no final do ano, a maior subida desde o início dos anos 80.

Na China, a manutenção, pelas autoridades, da política de “Covid zero”, com confinamentos totais da população em grandes cidades, traduziu-se numa forte desaceleração da atividade. O PIB cresceu apenas 3,0%, abaixo da média global, e registando o ritmo mais lento em mais de quatro décadas.

Num contexto de desaceleração pronunciada da atividade, observando-se ainda tensões latentes no mercado imobiliário, o surgimento, no final do ano, de movimentos de clara contestação social nas maiores cidades levou as autoridades chinesas a levantar todas as restrições que tinham em vigor para o controlo da pandemia, o que, a prazo, deve contribuir para a normalização das cadeias logísticas.

No Japão, a atividade cresceu apenas 1,4% em 2022, com uma dinâmica intra-anual volátil, com dois trimestres negativos. O cenário inflacionista afetou também a economia, com os preços no consumidor a crescerem 2,5%, em 2022, o ritmo mais elevado em três décadas, revertendo a trajetória dos últimos anos, na qual a economia testava cenários deflacionistas. O Banco do Japão também reagiu, não alterando as taxas de juro de referência, mas revendo a sua política de aquisição de ativos.

No Reino Unido, a atividade também desacelerou, com o PIB a crescer 4,1% em 2022, alavancado pela recuperação pós-pandémica. Com um quadro político mais volátil, a liderança do Governo mudou duas vezes num curto espaço de tempo, com o plano orçamental expansionista do breve governo de Liz Truss a resultar na sua demissão, e o novo Governo a adotar antes um plano orientado para o controlo das contas públicas, cujos efeitos se farão sentir sobretudo no ano de 2023. Em 2022, foram também visíveis os impactos do Brexit, com a carga burocrática resultante a dificultar o comércio com a União Europeia, que continua a ser o principal parceiro comercial do país.

Também no Reino Unido, a inflação foi uma preocupação, com os preços no consumidor a crescerem 9,1%, em média anual, fruto da subida dos preços das matérias-primas e da energia, e associado a baixos níveis de desemprego, o que requereu uma intervenção igualmente musculada por parte do Banco de Inglaterra, que subiu as taxas em 3,75pp, para 4,0%, já considerando a subida ocorrida em fevereiro de 2023.

A economia da Zona Euro seguiu a tendência global, com uma progressiva desaceleração ao longo do ano, materializada num crescimento anual de 3,5%. Contudo, no 4.º trimestre, o PIB já só cresceu 0,1% em cadeia, embora evitando uma contração nos últimos meses do ano.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

A zona euro foi a região mais diretamente atingida pela guerra na Ucrânia, considerando as maiores interligações com os dois países em conflito, a integração das cadeias de valor, e, em especial, a dependência energética face à Rússia, no que respeita a petróleo e gás natural. A Europa, em particular a Alemanha e demais países da Europa Central, tiveram de encontrar rapidamente fontes alternativas de energia, num contexto de subida acentuada dos preços. No final do ano, a dependência face à Rússia tinha sido eliminada.

O consumo privado, na zona euro, manteve-se dinâmico, num quadro de pleno emprego, o que, por sua vez, contribuiu para a negociação de aumentos salariais progressivos que, embora moderados, mitigaram parcialmente o efeito da subida da inflação.

Em 2022, a inflação na zona euro acelerou rapidamente, para 8,4% em média anual, a taxa mais elevada em três décadas. A rápida evolução e o seu contágio, ainda que parcial aos salários, por sua vez materializada na aceleração da inflação subjacente para 4,2%, em média anual, levou o Banco Central Europeu a acelerar a normalização da política monetária, elevando a taxa de refinanciamento para 3,0% e a taxa de depósito para 2,5%, já em fevereiro de 2023, ou seja, um aumento de 3,0pp face aos valores de final de 2021.

O mercado de trabalho permaneceu bastante dinâmico, e a taxa de desemprego desceu abaixo de 7%, um mínimo histórico para a região, auxiliando a mitigar parte dos efeitos da inflação sobre o poder de compra das famílias. Mas também gerou um aumento dos salários negociados, o que reforçou a necessidade de vigilância pelo BCE, no sentido de controlar o potencial surgimento de efeitos de segunda ordem.

2022	PIB	Inflação
UEM	3,5	8,4
Alemanha	1,8	8,7
França	2,6	5,9
Espanha	5,5	8,3
Itália	3,9	8,7

Fonte: CE (fevereiro 2023)

O ano de 2022 ficou indubitavelmente marcado pela agressão da Rússia à Ucrânia, trazendo, de novo, uma guerra explícita à Europa, e originando um segundo choque de oferta quando a economia mundial ainda não tinha recuperado plenamente da pandemia.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e
Gás Natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

Como referido, os preços da energia e das matérias-primas subiram de forma pronunciada, com os preços do petróleo a subirem para máximos desde 2014, o gás natural na Europa a registar máximos absolutos e as demais matérias-primas não energéticas a prolongarem a dinâmica de preços elevados já iniciada em 2021.

Por outro lado, apesar da clara melhoria dos indicadores sanitários no quadro de pandemia, esta só ocorreu de forma mais visível a partir do verão, pelo que, durante uma parte significativa do ano, permaneceram as perturbações nas cadeias logísticas globais, até porque a China manteve, durante todo o ano, a sua política de "Covid zero".

A conjugação de todos estes fatores (subida dos preços da energia, perturbações nas cadeias logísticas, e resiliência da atividade económica num quadro de pleno emprego) resultou numa acentuada aceleração dos preços, para máximos de três décadas, e com pressões de segunda ordem, fruto dos aumentos salariais.

Os **bancos centrais das principais economias desenvolvidas** reforçaram o foco no controlo da inflação, com a rápida reversão da política monetária expansionista que tinha sido prosseguida nos últimos anos.

Consequentemente, foi executada a mais rápida e mais pronunciada subida das taxas de juro de referência desde o início dos anos 80 do século passado (em termos da subida acumulada no horizonte de 12 meses).

A **Reserva Federal dos EUA**, como já referido, logo no início do ano tinha sinalizado que as taxas de juro de referência iriam subir ao longo do ano, iniciando o processo em março. A partir de julho, fruto da maior subida da inflação, acelerou o ritmo, com duas subidas de 0,75%, o que não ocorria desde 1994. Já em 2023, moderou o ritmo, para subidas de 0,25%, mas desde o início de 2022 a taxa de juro subiu em 4,5pp, para 4,75%, o nível mais elevado desde 2007.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Adicionalmente, a Reserva Federal iniciou o processo de redução do balanço, o chamado “*tapering*”, a um ritmo programado mensal de 95 mil milhões de dólares, ao não substituir por novas aquisições os vencimentos que vão ocorrendo dos ativos em balanço. O balanço da Reserva Federal tinha atingido um máximo de aproximadamente 9 triliões de dólares, no primeiro semestre de 2022.

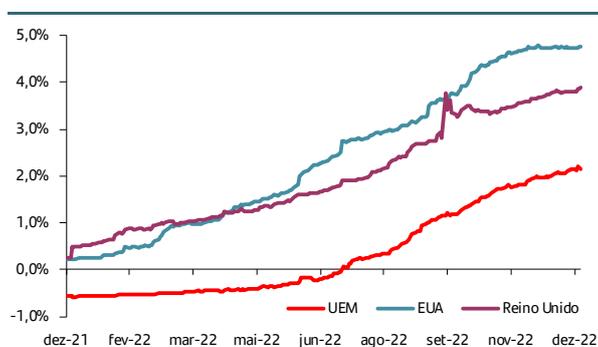
O **Banco Central Europeu**, em março de 2022, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, de forma faseada: começaria pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre; posteriormente concluiria o programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro de 2022, e só após essas duas fases iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

Contudo, a mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 0,5%, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, pondo assim termo a um longo período (iniciado em 2014) de taxas de juro negativas. Em junho, o BCE havia sinalizado uma subida das taxas em 0,25%, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista, procurando evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Na reunião de fevereiro de 2023, o BCE discutiu os moldes em que se processará a redução dos ativos adquiridos no âmbito do programa de aquisição de ativos (APP), processo que se iniciaria a partir de março de 2023, a um ritmo médio de 15 mil milhões de euros mensais até ao fim do segundo trimestre de 2023, e com os ritmos subsequentes a ficarem dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

A trajetória de subida das taxas de juro de curto prazo, para os níveis mais elevados desde 2008, caracterizou-se por uma dinâmica consistente, relativamente imune aos vários dados económicos menos positivos que foram divulgados, antes refletindo a consistência da mensagem transmitida pelos bancos centrais.

Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Já a evolução das **taxas de juro de longo prazo** seguiu uma dinâmica diferenciada, com maior volatilidade intra-anual, associada à perceção de riscos para a atividade económica e possibilidade de os bancos centrais poderem inverter a política monetária, no final de 2023 ou durante o ano de 2024, situação aliás patente na forte inclinação negativa da curva de rendimentos. Por este motivo, embora a tendência fosse de subida, registaram-se vários momentos de correção ao longo do ano de 2022, posteriormente revertidos. Em 2022, a yield alemã a 10 anos subiu 2,7pp, tendo partido de níveis negativos no início do ano, enquanto a yield americana subiu 2,3pp.

Taxas de Juro 10 Anos

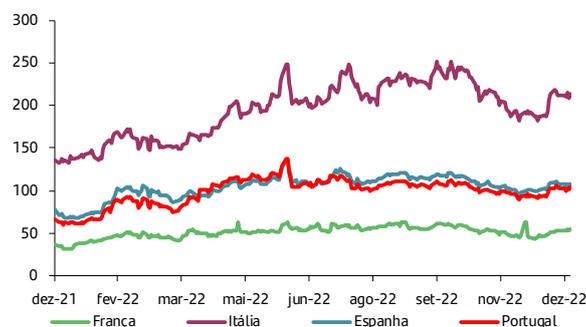


Fonte: Bloomberg

Os **diferenciais de taxas de juro soberanas** subiram no decurso do ano de 2022, acompanhando a subida das *yields*, mas também refletindo uma ligeira deterioração na avaliação da perceção de risco, associada à guerra na Ucrânia. Esta dinâmica, que foi transversal na zona euro, afetou mais a periferia e, em particular, a Itália, cujo spread face à Alemanha, para o prazo dos 10 anos, se agravou em mais de 1pp entre o final de 2021 e o final do primeiro semestre de 2022, ultrapassando os 250pb.

Considerando os riscos de emergência de um cenário de instabilidade nos mercados financeiros, em julho, o BCE anunciou a criação do "**Instrumento de Proteção da Transmissão (TPI)**", ao abrigo do qual poderia intervir nos mercados de dívida pública, para combater "dinâmicas de mercado desordenadas e indesejadas" que resultassem numa deterioração das condições de financiamento de um país não justificadas pelos seus fundamentos económicos e que, por esse motivo, prejudicasse a transmissão da política monetária. O programa depende de condições muito específicas, mas permitiu travar o agravamento de spreads que estava em curso.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

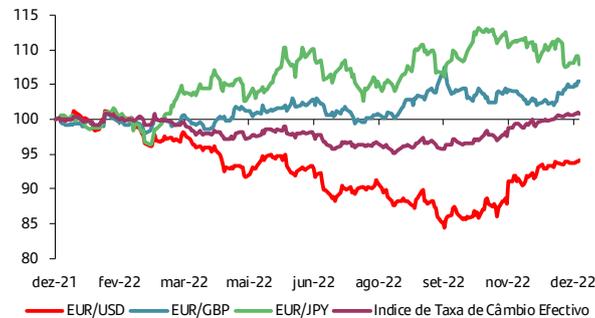
Em **Portugal**, a taxa de rendibilidade a 10 anos registou uma trajetória ascendente ao longo do ano, em linha com a tendência anteriormente descrita. Ao longo do ano, a yield subiu 3,1pp, para 3,6%, no final de 2022, resultando num agravamento do spread face à yield alemã para o prazo dos 10 anos em 37pb, para 104pb. O nível mais elevado do spread, em 2022, foi observado em meados de junho, num movimento generalizado a nível europeu, tendo ultrapassado os 136pb (igualmente o nível mais elevado desde o início da pandemia, em 2020). A posterior “intervenção” do BCE, com o anúncio da criação do TPI, permitiu uma correção, com o estreitamento dos spreads até final do ano.

No **mercado cambial**, a dinâmica mais marcante durante o ano de 2022 foi a evolução do euro face ao dólar, que se caracterizou por uma depreciação continuada, tendo mesmo conduzido o seu valor abaixo da paridade em agosto (o que não ocorria desde 2002), situação que prevaleceu nos mercados até novembro, e apesar de o BCE estar a subir as taxas de juro de referência de forma mais agressiva. Após novembro, o euro apreciou, até 1,1 dólares, consolidando posteriormente acima dos 1,05 dólares.

A libra esterlina e o iene japonês, por seu lado, registaram uma depreciação ainda mais pronunciada face ao dólar, pelo que o euro se apreciou face a estas divisas. Apesar da significativa depreciação do euro face ao dólar (13% em 2022), a taxa de câmbio efetiva do euro registou uma apreciação de 0,9%, fruto do comportamento positivo em 5,6% face à libra e em 7,9% face ao iene.

Principais Taxas de Câmbio

(Dez-2021 = 100)



Fonte: BCE

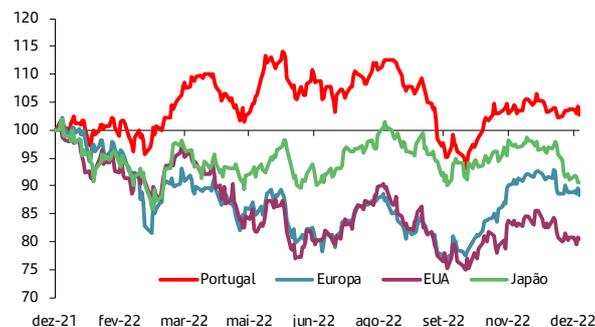
Em termos de taxa de câmbio face ao dólar norte-americano, a **libra esterlina** retomou os mínimos desde meados dos anos 1980, já próximo da paridade, embora corrigindo no final do ano, para 0,83p por dólar. O **iene japonês**, por seu lado, retomou mínimos de 1990, ao cotar acima de 150 ienes por dólar em outubro, posteriormente corrigindo também para fechar 2022 nos 130 ienes.

Os **mercados acionistas** foram penalizados pelo contexto inflacionista e consequente subida das taxas de juro de referência, ao longo do ano de 2022. A tendência de desvalorização estava já em curso quando a Rússia invadiu a Ucrânia, o que conduziu a uma maior correção, por aversão ao risco, num quadro de elevada incerteza.

Ao longo do ano, a volatilidade foi elevada, fundamentalmente devido à evolução das expectativas quanto à atuação futura dos bancos centrais sobre as taxas de juro de referência. A sinalização, pelos principais bancos centrais, de que os riscos de inflação permanecem elevados e, por conseguinte, se materializem em taxas de juro mais elevadas durante mais tempo dominou os mercados acionistas, tendo estes registado uma desvalorização pronunciada dos principais índices (Eurostoxx: -11,7%; S&P500: -19,4%).

Mercados Acionistas

(Dez-21 = 100)



Fonte: Bloomberg

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Portugal foi uma exceção, com o índice PSI a valorizar 2,8%, beneficiando do peso das empresas do setor energético. A maior valorização foi da Galp energia (+55,4%), seguida da Greenvolt (+25,6%), que beneficiou também de maior abertura do capital em bolsa. A EDP Renováveis, por seu lado, registou uma depreciação de 5,7%.

O **ouro** também se caracterizou por alguma volatilidade, não desempenhando plenamente o seu papel de ativo de refúgio num contexto de inflação elevada, embora fechando o ano acima dos 1 840 dólares por onça. Contudo, durante o verão, registou uma depreciação significativa, cotando abaixo dos 1 700 dólares, tendência revertida já mais perto do final do ano, quando as pressões inflacionistas voltaram a dominar as atenções.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Economia Portuguesa

Em 2022 a atividade económica cresceu 6,7%, num claro contexto de recuperação pós-pandémica, beneficiando de efeitos de base relacionados com os confinamentos em 2021 (o efeito de *carry over*¹ para 2022 foi de 3,9%), de que o forte crescimento em cadeia observado no 1.º trimestre foi exemplo (+2,4%).

A progressiva melhoria da situação sanitária associada à pandemia de Covid19 permitiu às autoridades levantarem a maioria das restrições à atividade durante o verão, o que também contribuiu para a reanimação da atividade.

Contudo, o ritmo de crescimento em cadeia foi relativamente moderado, em média de 0,3%, nos segundo, terceiro e quarto trimestre do ano, à medida que os efeitos da guerra na Ucrânia, da elevada inflação e da subida das taxas de juro de referência pelo BCE se foram transmitindo à economia.

De realçar que no 4.º trimestre de 2022 a economia cresceu 0,3% em cadeia (3,2% em termos homólogos), beneficiando do ritmo do consumo privado e do crescimento do investimento, parcialmente anulado pelo contributo das exportações líquidas. Apesar da desaceleração face ao trimestre anterior, a economia evidenciou uma apreciável resiliência, aliás em linha com as principais economias europeias, evitando uma contração no final do ano.

Todas as componentes da despesa contribuíram positivamente para o crescimento, tanto a procura interna, como a procura externa, numa dinâmica onde a recuperação pós-pandémica teve um contributo de relevo.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022E	2023P
PIB	5,5	6,7	0,4
Consumo Privado	4,7	5,7	1,1
Consumo Público	4,6	2,4	0,5
Investimento	10,1	2,7	1,2
Exportações	13,4	16,7	0,9
Importações	13,2	11,0	2,2
Inflação média	1,3	7,8	5,1
Desemprego	6,6	6,0	7,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-0,6	-0,9
Dívida pública (% do PIB)	125,5	113,8	110,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,5	-0,3	0,0

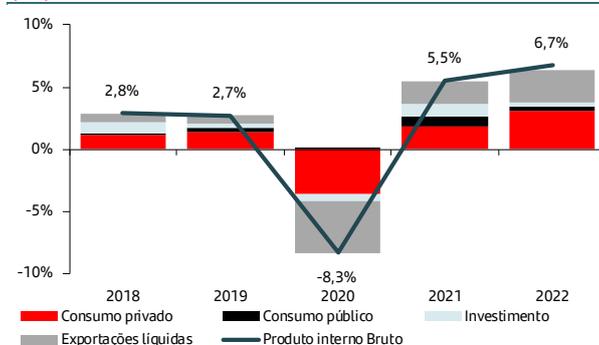
Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

Ao nível da **procura interna**, o levantamento das restrições associadas à pandemia permitiu uma aceleração do consumo privado, enquanto o contributo do **consumo público**, por seu lado, foi menor, devido à redução de gastos associados à pandemia, pois nos dois anos anteriores tinha ocorrido um elevado volume de despesa em materiais sanitários.

¹ Crescimento acumulado anual do PIB em 2022, assumindo que se manteria constante, durante todo o ano, no nível do 4T2021

Contributos para o Crescimento do PIB

(tvh)



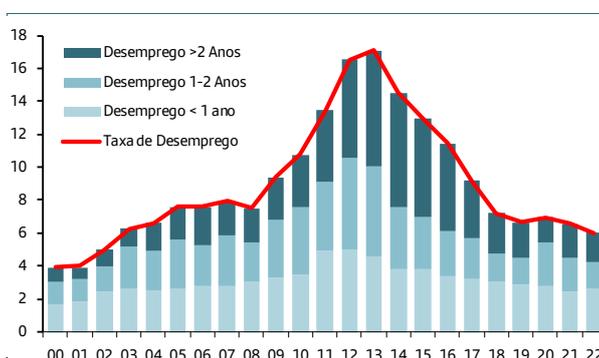
Fonte: INE

O **consumo privado** cresceu 5,7% em 2022, apoiado pela reabertura da economia, prolongando a recuperação iniciada logo em 2021, em especial ao nível da realização de despesa discricionária em bens e serviços não essenciais. Neste âmbito, destaque para a recuperação do turismo por residentes, que ultrapassou os anteriores máximos de 2019.

A composição da despesa das famílias sofreu uma alteração muito significativa, pois os gastos em alimentação reduziram-se face ao pico observado durante o confinamento, devido ao regresso ao trabalho presencial, por contrapartida do aumento da despesa em bens duradouros, por um lado, e em bens e serviços não alimentares, por outro.

O mercado de trabalho revelou-se bastante dinâmico, caracterizando-se pelos baixos níveis de desemprego, refletindo uma economia a operar no pleno emprego. Com efeito, a taxa de desemprego manteve-se abaixo de 7%, mas sem gerar aumentos salariais muito significativos.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Os preços no consumidor aceleraram rapidamente, com a inflação a alcançar 7,8% em média anual (o nível mais elevado desde o início dos anos 1990), gerando um maior crescimento da despesa, a preços correntes, face ao crescimento do rendimento, com conseqüente redução da taxa de poupança das famílias para 5,7% no 3.º trimestre (em média móvel de quatro trimestres), retomando os níveis pré-pandemia.

O **investimento** recuperou igualmente, com um crescimento anual de 2,7%, mas com algumas dinâmicas diferenciadas, entre as diferentes componentes, ao longo do ano. O investimento em equipamento de transporte, partindo de níveis elevados em 2019, não recuperou ainda integralmente, ao contrário do que ocorreu nos demais tipos de despesa de capital. Ao nível da construção, assistiu-se já a uma moderação no segundo semestre de 2022, o que contrasta com o comportamento observado durante o período de pandemia, em que a construção tinha sido uma das poucas atividades que não tinham parado.

De referir ainda que este comportamento, ao nível da construção, está alinhado, por um lado, com o fraco ritmo de construção de novos fogos para habitação, que permanecem em níveis historicamente baixos e, por outro lado, com o atraso na execução do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos pagamentos (a meados de fevereiro de 2023) não chegavam a 9% do envelope financeiro total.

As **exportações** de bens e serviços cresceram 16,7% em 2022, com uma recuperação sustentada dos serviços, beneficiando da recuperação do turismo. Embora o número de hóspedes não residentes não tivesse ainda recuperado o anterior pico registado em 2019, o setor conseguiu ajustar os preços em alta, reposicionando a atividade, tendo registado, como tal, um máximo ao nível dos proveitos. O contexto de guerra na Europa também favoreceu a atratividade da oferta nacional, com o setor a beneficiar ainda do crescimento dos visitantes dos EUA (potenciado pela apreciação do dólar face ao euro).

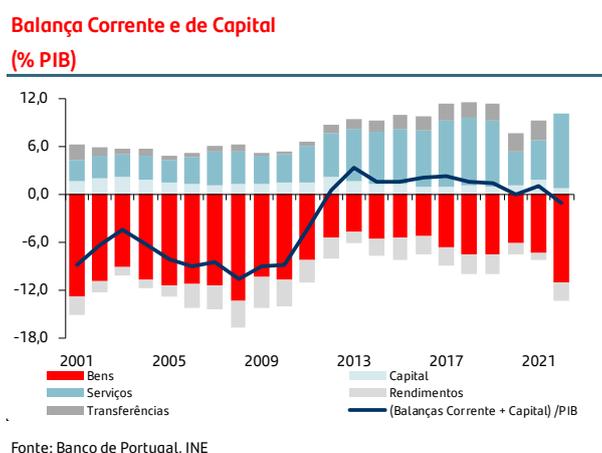
As exportações de bens cresceram igualmente de forma sustentada, atingindo um novo máximo histórico. A normalização nas cadeias de valor globais permitiu a recuperação da atividade no setor automóvel, mas todos os setores, de um modo geral, registaram um aumento do volume de vendas ao exterior. O quadro de guerra em curso na Ucrânia permitiu também que empresas portuguesas, em determinados setores, não estando dependentes de cadeias logísticas afetadas pelo conflito, substituíssem a oferta de outros concorrentes.

As **importações** de bens cresceram, embora de forma mais moderada do que em 2021 (11,0% vs 13,4%, respetivamente), com o efeito preço a traduzir-se numa moderação das compras, em volume.

Os efeitos preço, decorrentes da subida dos preços da energia e das matérias-primas, tiveram um importante impacto sobre a **balança de bens**, o que, conjugado com um crescimento em volume das compras ao exterior, contribuiu para uma deterioração do défice para 11% do PIB. Este efeito foi compensado pela forte recuperação da **balança de serviços**, associada à reanimação do turismo.

A **balança de capital**, que reflete sobretudo os fundos europeus, permaneceu excedentária, embora abaixo do observado em 2021, quando tinha ocorrido a 1.ª grande transferência de fundos associados ao PRR. Por seu lado, o saldo da **balança de rendimentos** agravou o défice, refletindo o impacto da subida das taxas de juro, ocorrido ao longo do ano, sobre o pagamento de juros da dívida, pública, mas também privada, ao exterior, partindo de níveis mínimos de taxas de juro no ano anterior.

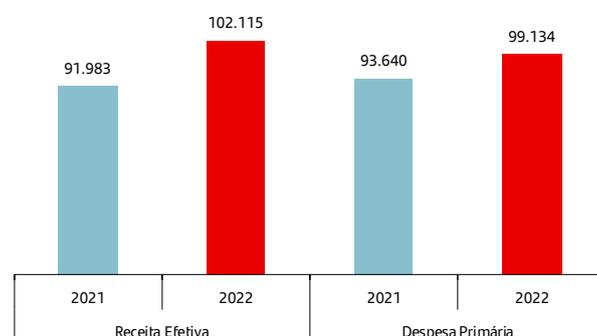
Em resultado, o **saldo da balança corrente e de capital** registou um défice de cerca de 0,3% do PIB.



As **finanças públicas** beneficiaram do **forte crescimento nominal da atividade**, em 2022 (o PIB nominal cresceu 10,9%). O saldo orçamental registou um défice menor do que o estimado (de 0,6% do PIB face à meta orçamental de um défice de 1,9%), beneficiando de um maior crescimento da receita fiscal. Ao nível dos impostos diretos, destaca-se a receita de IRC (+43,9% em termos homólogos), pela recuperação da margem das empresas. Ao nível dos impostos indiretos, destaque para o IVA (+18,8% face a 2021).

A despesa cresceu, abaixo da receita, fruto do controlo relativo da despesa com pessoal (a massa salarial cresceu apenas 3,0%, com aumentos salariais de 0,9% e o restante a resultar do descongelamento de carreiras). Os encargos com o serviço da dívida diminuíram, apesar da subida das taxas de juro de mercado, porque o impacto desta alteração esteve concentrado na segunda metade do ano, e porque as Obrigações do Tesouro que venceram tinham uma taxa de cupão superior às *yields* de mercado observadas em 2022.

Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

No quadro do plano de financiamento do Tesouro, em 2022, destaque para o forte afluxo de poupança dos particulares para os Certificados de Aforro, que registaram subscrições líquidas de mais de 7 mil milhões de euros, beneficiando de uma maior remuneração, que está associada à taxa de juro Euribor 3 meses.

Não obstante, parte desses fundos foram provenientes do vencimento de outros produtos de aforro de retalho do Tesouro, como os Certificados de Poupança e as OTRV, gerando assim um financiamento líquido de mil milhões de euros. O restante financiamento ocorreu com instrumentos de mercado, com destaque para as OTs. Estas emissões continuaram a contribuir para manter a maturidade média da dívida pública e, simultaneamente, reduzir o seu custo médio (em 0,1pp face a 2021, para 1,8%).

Em termos relativos, a dívida pública voltou a reduzir-se, beneficiando do maior crescimento do PIB nominal. No final de 2022, a dívida pública atingiu os 113,8% do PIB, traduzindo-se numa redução de quase 12pp face a 2021, e no menor rácio da dívida pública desde 2010. Esta redução é importante, em especial quando o BCE já comunicou a intenção de reduzir progressivamente a sua carteira de dívida pública, adquirida ao abrigo dos vários programas de *quantitative easing* executados na última década.

O **rácio global de endividamento** da economia portuguesa situou-se próximo dos 300% do PIB (-26pp face a 2021), com o setor privado empresarial a situar-se nos 122%(-9pp) e as famílias nos 64% do PIB (-4pp), claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

Saldo Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

O **setor bancário português** registou um mais lento crescimento do crédito, numa dinâmica mais perceptível no segundo semestre do ano, enquanto os depósitos continuaram a crescer, embora também progressivamente de forma mais lenta no segundo semestre do ano.

Com efeito, o crédito ao setor privado cresceu apenas 1,6% em 2022, suportado por um crescimento do crédito hipotecário em 2,8%. O crédito a empresas começou a reduzir-se, no último trimestre do ano, no contexto da subida das taxas de juro, tendo no final do ano registado uma contração de 0,2% face ao stock disponível no final de 2021.

Ao nível dos recursos de clientes, os depósitos cresceram 6,2% em 2022, de forma relativamente generalizada entre setores. Ao nível dos particulares, o contexto mais volátil nos mercados financeiros traduziu-se numa redução das aplicações em fundos de investimento e em seguros financeiros.

Apesar deste contexto de elevada incerteza e de riscos adversos, a qualidade creditícia não se deteriorou, com o rácio de NPL a situar-se em 3,2% no final do terceiro trimestre (-0,5pp face ao final de 2021), com uma cobertura por imparidades de 53,6%.

Em termos de rentabilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2021 (+0,2pp, para 0,7%), enquanto a rentabilidade dos capitais próprios aumentou para 8,3% (+2,9pp face ao final de 2021).

A resiliência da economia e a boa execução orçamental permitiram uma melhoria na notação de risco da República atribuída pelas agências, em um *notch*, para BBB+ pela S&P e Fitch, e A (low) pela DBRS. A Moodys já tinha revisto a notação em 2021, para Baa2.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE

A Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sociedade” ou “Gamma”) iniciou o exercício de 2022 com 8 operações de titularização de créditos em carteira.

Decorrente da sua atividade a Gamma procedeu ao reembolso antecipado das operações de titularização Atlantes Mortgage N. 5 (AM5), Atlantes Mortgage N. 7 (AM7) e Azor Mortgages 2 (AZ2), no exercício das step-up calls, por decisão do emitente.

As obrigações destas operações foram reembolsadas na totalidade, pelo respetivo valor de capital em dívida acrescidos de juros corridos até ao momento de reembolso, em fevereiro de 2022 a AM5 e AM7 e em abril a AZ2.

Foi ainda originada em setembro uma operação de titularização de créditos ao consumo – Consumer Totta I, no montante de 665.930 milhares de euros.

A Sociedade terminou o exercício com uma carteira de 6 operações de titularização de créditos.

Durante o exercício, a Sociedade procedeu ao recebimento dos montantes devidos a título de capital e de juros pelos devedores cedidos das operações de titularização sob gestão, tendo o valor cobrado ascendido a 317 milhões de euros.

O saldo das obrigações em dívida, em 31 de dezembro de 2022, ascendia aproximadamente a 2.394 milhões de euros, com a seguinte discriminação por operação:

Obrigações em dívida	milhares de euros	
Operações	2022	2021
Azor II	0	112.433
Atlantes II	100.220	114.047
Atlantes III	191.524	217.012
Atlantes IV	214.811	244.754
Atlantes V	0	211.241
Atlantes VII	0	173.997
Consumer Totta I	665.930	0
Hipototta N.º 13	1.200.482	1.380.228
Fénix	21.149	22.853
	2.394.118	2.476.565

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Verificou-se, assim, uma redução no saldo das obrigações em carteira no montante de 82,4 milhões de euros (-3,33%) em relação ao saldo de obrigações no final de 2021.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2022, o total do ativo líquido ascendia a 2.405 milhões de euros, o que correspondeu a um decréscimo da ordem dos 2,9% em relação a 2021, com destaque para a evolução das seguintes rubricas:

(milhares de euros)	2022	2021	Variação
Disponibilidades em outras instituições de crédito	208.671	311.231	-33%
Ativos financeiros detidos para negociação	22.404	1.435	1461%
Crédito concedido e outros saldos a receber	2.164.066	2.161.561	0%
Ativos por impostos correntes	13	3	333%
Outros ativos	9.474	1.071	785%
Total do Ativo Líquido	2.404.628	2.475.302	-2,9%

O decréscimo de 2,9% registado no ativo líquido foi sobretudo justificado pela redução de cerca de 103 milhões de euros verificada na rubrica de "Disponibilidades em outras instituições de crédito" parcialmente compensada pelo acréscimo verificado nas restantes rubricas do ativo.

Por seu turno, o passivo e a situação líquida totalizavam, respetivamente, 2.397 milhões de euros e 7.329 milhares de euros, registando, respetivamente, um decréscimo de 2,9% e um acréscimo de 2,7%.

Do lado do passivo, destaca-se a rubrica de "Responsabilidades representadas por títulos", com um valor de 2.382 milhões de euros, que corresponde a 99% da totalidade do passivo.

A Gamma apresentou um resultado líquido positivo de 196.442,99 euros, o que representou um decréscimo de 64,5% em relação ao período homólogo.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Regista-se que os proveitos operacionais da Sociedade (centro "Geral"), relativos aos "rendimentos de serviços e comissões", registaram um crescimento de 27,3%, atingindo o montante de 367.126 euros, o que compara com os 288.371 euros no final de 2021. Por outro lado, os custos operacionais (centro "Geral") tiveram um agravamento, justificado sobretudo pelo acréscimo nas rubricas de "Encargos com serviços e comissões" e de "Outros Resultados de Exploração" e pela redução nas "Provisões líquidas de anulações", conforme se evidencia quadro seguinte:

(euros)	2022	2021
Encargos com serviços e comissões	36.528	28.695
Custos com Pessoal	25.651	26.348
Gastos Gerais Administrativos	140.760	142.605
Outros Resultados de Exploração	26.257	17.081
Provisões líquidas de anulações	- 91.326	- 267.570
Depreciações e Amortizações	1.190	4.229
Imparidades líquidas de ativos não financeiros	505	680
Total	139.565	- 47.932

FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, os Fundos Próprios da Sociedade cumpriam com o disposto no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro, conforme alterado, e totalizavam aproximadamente 7.329 milhares de euros, conforme se explicita no ponto 21 do anexo às Demonstrações Financeiras.

No final de exercício, a "Gamma" registava um excesso de fundos próprios da ordem dos 6.775 milhares de euros, o que cria condições para originar novas operações de titularização de créditos.

PERSPETIVAS PARA 2023

O exercício de 2023 iniciou-se num contexto de elevada incerteza, devido ao choque geopolítico, provocado pela invasão da Ucrânia e as respetivas consequências macrofinanceiras, com destaque para a subida das taxas de juro, para conter a trajetória ascendente da inflação.

Não obstante o forte abrandamento económico previsto, as projeções da Comissão Europeia (CE) apontam para um cenário de crescimento para a economia portuguesa de 1% em 2023. Também o Governo e o Banco de Portugal (BdP) antecipam valores de crescimento económico de 1,3% e de 1,5%, respetivamente. Em março o BdP reviu em alta a sua projeção de crescimento económico para 1,8%.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Na reunião de março, o Banco Central Europeu (BCE) projetou para a zona euro um crescimento económico de 1%.

O Eurostat divulgou os dados da inflação na zona euro em 2023. A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) desceu de 8,6% em janeiro para 8,5% em fevereiro. Por seu turno, o indicador de inflação subjacente continuou a subir. As expectativas ao longo do ano apontam para uma tendência descendente, mas com um recuo mais lento do que o esperado. O Banco Central Europeu (BCE) aponta para uma taxa de inflação média anual acima dos 5%.

Iniciando a Gamma o exercício de 2023 com 6 operações de titularização, das quais 4 dizem respeito a operações de crédito imobiliário, regista-se a possibilidade que os clientes com crédito à habitação têm, caso necessitem, de renegociar as condições dos seus créditos, nos termos estabelecidos na legislação aprovada no 4º trimestre de 2022.

Outra medida mitigadora do efeito da subida das taxas de juro, relevante no âmbito de atividade da Gamma e inserida no pacote “Mais Habitação”, consiste na bonificação temporária de juros pelo Estado aos mutuários de contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente, desde que cumpram com os parâmetros legais aprovados. Esta medida destina-se a créditos com um valor máximo de € 250 mil, com um limite de bonificação de € 720 anuais, e deverá vigorar pelo menos até ao final de 2023, com efeitos retroativos a 1 de janeiro.

Também a continuação da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), aprovado pela Comissão Europeia, será importante para a implementação de um conjunto de reformas e investimentos tendo em vista a recuperação do crescimento económico.

Está previsto que durante 2023 seja executado mais 15% do PRR, o que corresponderá a uma execução total de 32% no final do ano.

Embora não sendo possível quantificar os potenciais impactos concretos sobre a atividade da “Gamma”, perspetiva-se neste contexto mais adverso, um aumento de incumprimentos e insolvências de devedores de créditos titularizados em operações da Sociedade.

No entanto, a Gamma continuará a desenvolver a sua atividade, mantendo a sua natureza de sociedade instrumental na área de funding para o Grupo onde se integra.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TÉRMINO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram factos relevantes após o término do exercício.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, tendo em conta o Resultado Líquido positivo apurado em 2022, no montante de 196.442,99 euros (cento e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois euros e noventa e nove cêntimos), e estando cumprido o exigido no n.º 1 do art.º 295.º do CSC, propõe à Assembleia Geral, nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66.º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 art.º 376.º, ambos do CSC, que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 196.442,99 euros.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

NOTA FINAL

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração deixa uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores, bem como ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas por todo o apoio manifestado ao longo do exercício.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Declaração nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários

Cada um dos membros do Conselho de Administração infra identificados, signatários do presente Relatório de Gestão, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da “Gamma” e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, a indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período a que se refere e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras da sociedade.

Lisboa, 26 de abril de 2023

O Conselho de Administração

Alexandra Manuel Almeida Gomes

(Presidente)

José Fernandes Caeiro

(Vogal)

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
 Demonstração da Posição Financeira para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Montantes expressos em Milhares Euros)

Notas	Total				Geral				Total Operações				
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021		
	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	
Ativo													
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	208.671	-	208.671	311.231	7.330	-	7.330	7.258	201.341	-	201.341	303.973
Ativos financeiros detidos para negociação													
Derivados de Negociação	4	22.404	-	22.404	1.435	-	-	-	-	22.404	-	22.404	1.435
Ativos financeiros ao custo amortizado													
Crédito concedido e outros saldos a receber	5	2.189.689	(25.623)	2.164.066	2.161.561	-	-	-	-	2.189.689	(25.623)	2.164.066	2.161.561
Ativos intangíveis	6	61	(61)	-	1	61	(61)	-	1	-	-	-	-
Ativos por impostos													
Ativos por impostos correntes	7	13	-	13	3	13	-	13	3	-	-	-	-
Outros ativos													
Outros	8	9.487	(13)	9.474	1.071	72	(13)	59	42	9.415	-	9.415	1.029
Total do Ativo		2.430.325	(25.697)	2.404.628	2.475.302	7.476	(74)	7.402	7.304	2.422.849	(25.623)	2.397.226	2.467.998
Passivo													
Passivos financeiros ao custo amortizado													
Recursos de instituições financeiras	9			-	2.243			-	-			-	2.243
Responsabilidades representadas por títulos	10			2.382.317	2.443.659			-	-			2.382.317	2.443.659
Provisões	11			-	91			-	91			-	-
Passivos por impostos													
Passivos por impostos correntes	7			32	16			32	16			-	-
Outros passivos													
Outros	12			14.950	22.160			41	64			14.909	22.096
Total do Passivo				2.397.299	2.468.169			73	171			2.397.226	2.467.998
Capital													
Capital	13			250	250			250	250			-	-
Outros instrumentos de capital	13			4.035	4.035			4.035	4.035			-	-
Outras reservas e resultados transitados	13			2.848	2.525			2.848	2.525			-	-
Resultado do período	13			196	323			196	323			-	-
Total do Capital				7.329	7.133			7.329	7.133			-	-
Total do Passivo e Capital				2.404.628	2.475.302			7.402	7.304			2.397.226	2.467.998

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022.

Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
 Demonstração dos Resultados para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
 (Montantes expressos em Milhares Euros)

	Notas	Total		Geral		Total Operações	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de juros	14	27.760	15.157	-	-	27.760	15.157
Encargos por Juros	14	(29.827)	(10.468)	-	-	(29.827)	(10.468)
Margem financeira		(2.067)	4.689	-	-	(2.067)	4.689
Rendimentos de serviços e comissões	15	367	289	367	289	-	-
Encargos com serviços e comissões	15	(4.004)	(5.014)	(37)	(29)	(3.967)	(4.985)
Resultados em operações financeiras	16	14.243	79	1	1	14.242	78
Outros resultados de exploração	17	(14.667)	4.098	(25)	(17)	(14.642)	4.115
Produto da atividade		(6.128)	4.141	306	244	(6.434)	3.897
Custos com pessoal	18	(26)	(26)	(26)	(26)	-	-
Gastos gerais administrativos	19	(668)	(707)	(141)	(143)	(527)	(564)
Depreciações e amortizações	6	(1)	(4)	(1)	(4)	-	-
Provisões líquidas de anulações	20	91	266	91	266	-	-
Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado	20	6.961	(3.333)	-	-	6.961	(3.333)
Imparidade líquida de ativos não financeiros	20	(1)	-	(1)	-	-	-
Resultado antes de impostos		228	337	228	337	-	-
Impostos sobre lucros	7	(32)	(14)	(32)	(14)	-	-
Resultado do período		196	323	196	323	-	-

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
Demonstração do Rendimento Integral para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Montantes expressos em Milhares Euros)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outros rendimento integral do período	-	-
Resultado líquido do período	196	323
Total do rendimento integral	<u>196</u>	<u>323</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral em 31 de dezembro de 2022.

Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Montantes expressos em Milhares Euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total do Capital próprio
Saldo a 31 de dezembro de 2020	250	4.035	183	2.670	(391)	63	6.810
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	63	-	(63)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	323	323
Saldo a 31 de dezembro de 2021	250	4.035	183	2.733	(391)	323	7.133
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	323	-	(323)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	196	196
Saldo a 31 de dezembro de 2022	250	4.035	183	3.056	(391)	196	7.329

O anexo faz parte integrante da demonstração de alterações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2022.

Gamma - Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Montantes expressos em Milhares de Euros)

	Total		Geral		Total de Operações	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais						
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	(6.331)	(5.626)	72	61	(6.403)	(5.688)
<i>Fluxos das atividades operacionais</i>	(6.331)	(5.626)	72	61	(6.403)	(5.688)
Atividades de investimento						
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:						
Ativos financeiros detidos para negociação	(9.332)	(705)	-	-	(9.332)	(705)
Ativos financeiros ao custo amortizado	19.873	293.467	-	-	19.873	293.467
<i>Fluxos das atividades de investimento</i>	10.541	292.762	-	-	10.541	292.762
Atividades de financiamento						
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:						
Passivos financeiros ao custo amortizado	(106.770)	(312.623)	-	-	(106.770)	(312.623)
<i>Fluxos das atividades de financiamento</i>	(106.770)	(312.623)	-	-	(106.770)	(312.623)
Varição da caixa e seus equivalentes	(102.560)	(25.488)	72	61	(102.632)	(25.549)
Caixa e seus equivalentes no início do período	311.231	336.719	7.258	7.197	303.973	329.522
Caixa e seus equivalentes no fim do período	208.671	311.231	7.330	7.258	201.341	303.973

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1 Informação Geral

A Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("Sociedade" ou "Gamma"), é uma sociedade anónima, com sede na Rua da Mesquita nº 6 Torre A 4º D 1070-238 Lisboa, que tem por objeto o exercício de atividades permitidas por lei às sociedades de titularização de créditos. A sociedade foi constituída em 17 de julho de 2006, ao abrigo do Decreto-Lei nº 453/99, de 5 de novembro, republicado pela Lei nº 69/2019 de 28 de agosto e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 144/2019 de 23 de setembro e pela Lei n.º 25/2020, de 07 de julho, os quais regulamentam a atividade das sociedades de titularização de crédito.

O capital social da Sociedade no montante de 250 milhares de euros integralmente subscrito e realizado, encontra-se representado por 50.000 ações ordinárias, que são detidas na íntegra pelo Banco Santander Totta, S.A ("Banco").

Durante o exercício de 2022 a Sociedade teve na sua gestão as seguintes operações:

Operação	Início da Operação	Liquidação da Operação
Atlantes Mortgages No. 2	mar/08	set/60
Atlantes Mortgages No. 3	out/08	ago/61
Atlantes Mortgages No. 4	fev/09	dez/64
Atlantes Mortgages No. 5	dez/09	fev/22
Atlantes Mortgages No. 7	nov/10	fev/22
Azor Mortgages No. 2	jul/08	abr/22
Hipototta 13	jan/18	out/72
Consumer Totta 1	set/22	jun/33
Fénix	dez/14	dez/37

2.2 Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Regulamento n.º 11/2005 da CMVM, as demonstrações financeiras da Sociedade devem ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem os *standards* emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

De acordo com o estabelecido no artigo nº1 alínea c) do Regulamento n.º 12/2002 da CMVM é imposto uma total segregação patrimonial que permita identificar para cada emissão de obrigações titularizadas, os ativos que lhe são afetos assim como, segregar todos os custos e proveitos por cada categoria de ativos e de passivos associados a cada emissão de obrigações titularizadas. Face a esta característica o reembolso das respetivas obrigações está diretamente dependente da performance dos ativos subjacentes, pelo que, qualquer excesso de valores gerados pelos ativos será pago aos detentores das obrigações, e qualquer insuficiência será assumida pelos mesmos, não gerando resultados nas contas de exploração da Sociedade.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício de 2022 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 26 de abril de 2023. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade, conforme previsto no IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras, e de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, exceto quando expressamente indicado.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.4.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, a Sociedade adotou com referência a 1 de janeiro de 2022 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior.
- **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

- **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
- **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.
- Melhorias às normas 2018 – 2020. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: **IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41**.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2*, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.
- **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

- **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.
- **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.
- **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"'. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Na sequência da adoção das normas e interpretações não foram identificados impactos materiais, nas demonstrações financeiras.

2.3 *Resumo das principais políticas contabilísticas*

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de instituições de crédito no país e no estrangeiro.

Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumentos financeiros, isto é: (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”;
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”;
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (“FVTPL”).

A Sociedade avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Na sua atividade corrente, a Sociedade utiliza instrumentos financeiros derivados para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respetivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Os montantes nominais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respetivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

O justo valor utilizado na valorização de ativos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transacionados em mercados ativos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transação efetuada ou no valor da última oferta (*bid*) conhecida;
- No caso de ativos não transacionados em mercados ativos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transações recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (*discounted cash flow*, modelos de valorização de opções, etc.).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido anteriormente, a não ser que este tratamento contabilístico gere “accounting mismatch”. Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo aquando da recompra destes passivos.

Os passivos financeiros, que incluem essencialmente emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transação diretamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Encargos por juros”.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respetivos valores é reconhecida em resultados do período.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Sociedade aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado.

As perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade sob o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

A Sociedade mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. A Sociedade adotou em 2021 a nova definição de default como critério para identificação de créditos em Stage 3 seguindo a recomendação da EBA GL 2017/06. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito da Sociedade.

Aumento significativo do risco de crédito

A Sociedade monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, a Sociedade estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (life time)) e não em 12 meses.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

A Sociedade utiliza sistemas de scorings e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

A Sociedade usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, a Sociedade presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias ou quando as operações estão identificadas como créditos reestruturados por dificuldades financeiras.

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD);
- e exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (rating e scoring) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (rating e scoring) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que a Sociedade espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta custos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc... Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e custos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização da Sociedade para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

A Sociedade avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: - tipo de instrumento; tipo de cliente; grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring; tipo colateral; data do reconhecimento inicial; relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

Análise individual

O processo de quantificação da perda por imparidade através de uma análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em default) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de Euros).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurado considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários, de fluxos de caixa.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A atividade da Sociedade encontra-se regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 453/99 que define claramente a obrigatoriedade de património autónomo de cada operação, respondendo os ativos de cada operação exclusivamente pelos passivos correspondentes. O património da Sociedade não pode ser afeto a qualquer das operações.

Tendo em consideração as regras de desreconhecimento e apesar da natureza e características das operações sob gestão e da transferência da maioria dos riscos e benefícios, as operações são reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira e na Demonstração de Resultados, mas devidamente segregadas e apresentadas como tal dado que de acordo com a Lei portuguesa a Sociedade é o último responsável por quaisquer eventos, relacionados com as referidas operações, o que impede o seu desreconhecimento.

Provisões e passivos contingentes

A Sociedade constitui provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflita o risco específico do passivo.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista impostos diferidos passivos ou ativos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, quando se aplica.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do período.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

O Grupo Santander Portugal decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, Totta Urbe e a Sociedade (a partir de 2018) - sociedades dominadas.

O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

A Sociedade tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face a possíveis contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade e a quantia do réditto possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado os juros são reconhecidos usando o método da taxa efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido atualmente registado do ativo ou passivo financeiro. Quando calculada à taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos diretamente atribuíveis aos contratos.

Rendimentos e encargos por serviços e comissões

A sociedade cobra comissões de gestão nas operações em que intervêm. As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um ato significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido ato.

2.4 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contábilísticas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afetam o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efetivamente realizados poderão diferir das estimativas efetuadas.

O uso mais significativo de estimativas e pressupostos por parte da gestão são os seguintes:

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Notas 4 e 24)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Custo amortizado (Notas 5 e 23.1)

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista (e desde que tal não implique o desreconhecimento e reconhecimento de novos instrumentos financeiros), o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cashflows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cashflows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

Determinação de perdas por imparidade (Notas 5 e 20)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 2.3. Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento da Sociedade quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

2.5 Relato por Segmentos

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais é apresentada de seguida.

A contabilidade da Sociedade (Centro "Geral") e de cada uma das operações estão completamente segregadas constituindo subgrupos da Informação Financeira Global e, bem assim, segmentos distintos.

A 31 de dezembro de 2022 estes segmentos são os seguintes:

- Gamma - Sociedade Gestora
- Atlantes Mortgages No. 2
- Atlantes Mortgages No. 3
- Atlantes Mortgages No. 4
- Hipototta 13
- Consumer Totta 1
- Fénix

Os segmentos que liquidaram nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

- Atlantes Mortgages No. 5 (fevereiro de 2022)
- Atlantes Mortgages No. 7 (fevereiro de 2022)
- Azor Mortgages No. 2 (abril de 2022)
- EcuadorReceivables (dezembro de 2021)
- Azor Mortgages No. 1 (março de 2021)

No corpo do documento que se segue os saldos registados nas colunas do "Total Operações" representa o somatório de todas as operações cuja gestão está atribuída à Sociedade.

O detalhe dos valores por operação é apresentado na Nota 25.

3. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Depósitos à ordem	208 671	311 231	7 330	7 258	201 341	303 973
	208 671	311 231	7 330	7 258	201 341	303 973

Os depósitos à ordem da Sociedade correspondem maioritariamente a depósitos junto do Banco e no Total Operações correspondem a depósitos junto do Banco, HSBC Bank plc e Citibank Agency & Trust.

4. Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Interest Rate Swap	22 404	1 435	-	-	22 404	1 435
	22 404	1 435	-	-	22 404	1 435

Os montantes registados nesta rubrica são constituídos pelos instrumentos derivados com justo valor positivo.

O detalhe por derivado e por operação é o seguinte:

Operação	Data início	Data vencimento	31-12-2022		31-12-2021	
			Nominal	Justo valor	Nominal	Justo valor
Atlantes Mortgages No. 2	05-03-2008	21-09-2060	96 160	486	109 424	162
Atlantes Mortgages No. 3	30-11-2008	20-08-2061	157 442	1 004	183 598	302
Atlantes Mortgages No. 4	16-02-2009	20-12-2064	177 058	810	200 601	257
Consumer Totta 1	30-09-2022	28-03-2028	628 207	20 104	-	-
Atlantes Mortgages No. 5	21-12-2009	23-02-2022	-	-	173 658	293
Atlantes Mortgages No. 7	19-11-2010	23-02-2022	-	-	113 159	299
Azor Mortgages No. 2	24-07-2008	21-04-2022	-	-	104 753	122
			1 058 867	22 404	885 193	1 435

5. Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta rubrica engloba os créditos adquiridos pelas várias operações, tendo o seguinte detalhe:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Crédito concedido e outros saldos a receber						
Capital vincendo	2 176 761	2 185 938	-	-	2 176 761	2 185 938
Juros mensuralizados	6 496	2 829	-	-	6 496	2 829
Capital e juros vencidos	6 432	12 127	-	-	6 432	12 127
Imparidade (Nota 20)	(25 623)	(39 333)	-	-	(25 623)	(39 333)
	2 164 066	2 161 561	-	-	2 164 066	2 161 561

O movimento na imparidade é apresentado na Nota 20.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

A imparidade para crédito regista a estimativa de perdas incorridas no fim do período, determinadas de acordo com a avaliação da evidência objetiva de imparidades.

6. Ativos intangíveis

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Ativos intangíveis	61	61	61	61	-	-
Amortizações acumuladas	(61)	(60)	(61)	(60)	-	-
	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os ativos intangíveis correspondem a software adquirido, que foi amortizado em três anos.

O movimento nas amortizações acumuladas durante os exercícios de 2022 e 2021, foi o seguinte:

Descrição	31-12-2020	Amortização		Amortização	
		do exercício	31-12-2021	do exercício	31-12-2022
Amortizações acumuladas	(56)	(4)	(60)	(1)	(61)

7. Ativos e passivos por impostos

A taxa efetiva de imposto não difere materialmente da taxa nominal, dado que não existem diferenças tributárias temporárias ou permanentes. Assim sendo, não estão registados ativos ou passivos por impostos diferidos.

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Ativos por impostos						
Impacto do consolidado fiscal	1	3	1	3	-	-
Pagamentos por conta	12	-	12	-	-	-
	<u>13</u>	<u>3</u>	<u>13</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos por impostos						
Imposto a pagar	32	16	32	16	-	-

A Gamma passou a integrar em 2018 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) do Grupo Santander Portugal.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os impostos sobre os lucros da demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022		31-12-2021	
	Taxa Imposto	Montante	Taxa Imposto	Montante
Resultado antes de impostos		228		337
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	21%	48	21%	71
Custo não aceites	1%	2	1%	2
Proveito não tributados	-9%	(20)	-18%	(60)
Derrama	2%	3	2%	4
Impacto do consolidado fiscal	0%	(1)	-1%	(3)
Encargo com impostos	14,2%	32	4,5%	14

8. Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Devedores diversos	9 434	1 054	19	25	9 415	1 029
Comissão de Gestão	53	38	53	38	-	-
Imparidade (Nota 20)	(13)	(21)	(13)	(21)	-	-
	9 474	1 071	59	42	9 415	1 029

O movimento na imparidade é apresentado na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante registado na sub-rubrica "Devedores diversos" do total das operações, corresponde essencialmente aos valores a receber da operação Consumer Totta 1 referente ao revolving previsto, este montante foi regularizado nos primeiros dias do exercício de 2023.

9. Passivos financeiros ao custo amortizado – Recursos de instituições financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Recursos de instituições financeiras	-	2 243	-	-	-	2 243
	-	2 243	-	-	-	2 243

Em 31 de dezembro de 2021, os recursos de instituições financeiras correspondiam às contas margem exigidas no âmbito da operativa de instrumentos derivados. Durante o exercício de 2022, a Sociedade procedeu à novation dos contratos de instrumentos financeiros derivados para o Banco Santander, S.A., deixando para tal de existir conta margem em 31 de dezembro de 2022.

10. Passivos financeiros ao custo amortizado - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Obrigações emitidas	2 394 118	2 476 565	-	-	2 394 118	2 476 565
Juros mensuralizados	5 930	522	-	-	5 930	522
Despesas de emissão	(175)	(175)	-	-	(175)	(175)
Outros	(17 556)	(33 253)	-	-	(17 556)	(33 253)
	2 382 317	2 443 659	-	-	2 382 317	2 443 659

Esta rubrica regista o valor das obrigações, os seus juros mensuralizados e as despesas associadas a cada emissão.

A sub-rubrica "Outros" regista o decréscimo estimado a pagar nas obrigações resultantes de diferenças entre os ativos totais e os passivos totais da operação, sendo que o saldo a 31 de dezembro de 2022 representa o valor a ser assumido pelos detentores dos títulos emitidos caso as operações fossem encerradas nesta data.

O detalhe das obrigações à data de 31 de dezembro de 2022 era o seguinte:

Operação	Descrição	Valor da emissão	Valor Balanço	Ano Reembolso	Dados próximo cupão	
					Data Vencimento	Taxa de juro
Atlantes Mortgages No. 2	Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	349 100	78 170	2060	20/mar/23	2,39%
Atlantes Mortgages No. 2	Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	18 400	9 732	2060	20/mar/23	3,01%
Atlantes Mortgages No. 2	Class C Mortgage-Backed Floating Rate Notes	7 500	3 967	2060	20/mar/23	3,71%
Atlantes Mortgages No. 2	Class D Notes	16 125	8 351	2060	20/mar/23	-
Atlantes Mortgages No. 3	Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	558 600	136 696	2061	20/fev/23	2,00%
Atlantes Mortgages No. 3	Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	41 400	19 604	2061	20/fev/23	2,30%
Atlantes Mortgages No. 3	Class C Notes	57 668	35 224	2061	20/fev/23	-
Atlantes Mortgages No. 4	Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	514 250	151 420	2064	20/mar/23	2,20%
Atlantes Mortgages No. 4	Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	35 750	16 676	2064	20/mar/23	2,35%
Atlantes Mortgages No. 4	Class C Notes	74 250	46 716	2064	20/mar/23	-
Hipototta 13	Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	1 716 000	680 230	2072	23/jan/23	2,10%
Hipototta 13	Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	484 000	484 000	2072	23/jan/23	2,50%
Hipototta 13	Class C Notes	66 000	36 253	2072	23/jan/23	-
Hipototta 13	Class VFN Notes	-	-	2072	23/jan/23	-
Consumer Totta 1	Classe A	520 000	520 000	2033	28/mar/23	2,94%
Consumer Totta 1	Classe B	25 000	25 000	2033	28/mar/23	3,24%
Consumer Totta 1	Classe C	40 000	40 000	2033	28/mar/23	4,14%
Consumer Totta 1	Classe D	25 000	25 000	2033	28/mar/23	10,14%
Consumer Totta 1	Classe E	40 000	40 000	2033	28/mar/23	13,99%
Consumer Totta 1	Classe F	6 500	6 500	2033	28/mar/23	14,64%
Consumer Totta 1	Classe X	9 430	9 430	2033	28/mar/23	0,00%
Fénix	Fénix 1 Asset-Backed Notes due 2037	50 950	21 149	2037	-	a)
		4 655 923	2 394 118			

- a) Não existe uma taxa de juro estabelecida nestas obrigações uma vez que os montantes de capital e juro recebidos no período referentes a reembolsos da carteira de crédito são alocados ao pagamento das notes da operação.

11. Provisões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Provisões (Nota 20)	-	91	-	91	-	-
	-	91	-	91	-	-

O movimento nesta rubrica é apresentado na Nota 20.

12. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Credores Diversos						
. Adiantamentos efetuados pelo Banco	14 451	21 507	-	-	14 451	21 507
. Outros	62	78	5	4	57	74
Acréscimos de Custos	99	135	36	60	63	75
Servicer e Issuer Fee a Pagar	338	440	-	-	338	440
	14 950	22 160	41	64	14 909	22 096

A sub-rubrica de “credores diversos – adiantamentos”, corresponde a adiantamentos efetuados ainda na esfera do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”).

A desagregação dos adiantamentos é a seguinte:

Adiantamentos por operação	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Atlantes Mortgages No. 2	6 826	6 826	-	-	6 826	6 826
Atlantes Mortgages No. 3	5 410	5 410	-	-	5 410	5 410
Atlantes Mortgages No. 4	2 215	2 215	-	-	2 215	2 215
Atlantes Mortgages No. 5	-	2 241	-	-	-	2 241
Azor Mortgages No. 2	-	4 815	-	-	-	4 815
	14 451	21 507	-	-	14 451	21 507

13. Capital

Conforme referido na Nota 2.1, a sociedade foi constituída em 17 de julho de 2006, sendo o seu capital social constituído por 50.000 ações ordinárias cujo valor total ascende a 250.000 Euros sido subscrito e realizado na íntegra pelo Banco. Na rubrica de outros instrumentos de capital estão incluídas as prestações suplementares do acionista único.

De notar que o resultado do período corresponde apenas ao centro “Geral” uma vez que o resultado das operações é imputado ao valor a reembolsar das obrigações, conforme evidenciado na rubrica “Outros” da Nota 10.

14. Margem Financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Rendimento de juros						
Juros de crédito concedido	27 621	15 157	-	-	27 621	15 157
Juros de depósitos à ordem	139	-	-	-	139	-
	27 760	15 157	-	-	27 760	15 157
Encargos por juros						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(29 732)	(10 292)	-	-	(29 732)	(10 292)
Outros	(95)	(176)	-	-	(95)	(176)
	(29 827)	(10 468)	-	-	(29 827)	(10 468)

15. Rendimentos e encargos de serviços e comissões

As comissões cobradas pela Gamma são custo para as diversas operações no âmbito da gestão das mesmas. A Gamma enquanto entidade gestora das diversas operações cobra um *fee* o qual é denominado de *Issuer Fee*. Ao cedente das operações é devido um *fee* o qual é denominado de *Servicer Fee*.

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Rendimentos de serviços e comissões	367	289	367	289	-	-
Encargos com serviços e comissões						
Servicer e Issuer fee	(2 929)	(3 531)	-	-	(2 929)	(3 531)
Outras despesas e comissões	(1 075)	(1 483)	(37)	(29)	(1 038)	(1 454)
	(4 004)	(5 014)	(37)	(29)	(3 967)	(4 985)

16. Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados						
Ganhos em derivados	19 379	1 679	-	-	19 379	1 679
Perdas em derivados	(7 744)	(4 493)	-	-	(7 744)	(4 493)
Resultados em reavaliação cambial						
Ganhos cambiais	2	816	2	3	-	813
Perdas cambiais	(1)	(815)	(1)	(2)	-	(813)
Resultados em alienação de ativos ao custo amortizado						
Perdas na alienação de créditos	(5 216)	(1 591)	-	-	(5 216)	(1 591)
Resultados de outros ativos financeiros						
Ganhos em ativos financeiros	7 823	4 483	-	-	7 823	4 483
	14 243	79	1	1	14 242	78

A sub-rubrica de “Ganhos em ativos financeiros” corresponde ao resultado da liquidação da operação Azor Mortgages No. 1 ocorrida em março de 2021 e da liquidação das operações Atlantes Mortgages No. 5, Atlantes Mortgages No. 7 e Azor Mortgages No. 2, ocorridas respetivamente em fevereiro e abril de 2022.

17. Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Outros (Nota 10)	(15 697)	3 768	-	-	(15 697)	3 768
Encargos com CMVM e Interbolsa	(161)	(157)	-	-	(161)	(157)
Recuperação de incobráveis	1 254	521	-	-	1 254	521
Outros encargos	(63)	(34)	(25)	(17)	(38)	(17)
	(14 667)	4 098	(25)	(17)	(14 642)	4 115

A sub-rubrica “Outros” no perímetro “Total Operações” inclui o efeito do acréscimo ou o decréscimo estimado a pagar nas obrigações, resultando da diferença entre os ativos totais e os passivos totais da operação conforme referido na Nota 10.

18. Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Custos com pessoal	(26)	(26)	(26)	(26)	-	-

Esta rubrica inclui as remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização da sociedade.

19. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Consultores e Auditores Externos	(29)	(42)	(29)	(42)	-	-
Outros Gastos Gerais	(639)	(665)	(112)	(101)	(527)	(564)
	(668)	(707)	(141)	(143)	(527)	(564)

Na sub-rubrica “Outros gastos gerais” são contabilizados os valores relacionados com rating, serviços jurídicos e outros custos associados às operações.

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas no exercício de 2022, no montante de 14.588 euros (valor sem IVA), correspondem ao serviço de revisão legal das contas.

20. Movimento na Imparidade e nas Provisões

O movimento ocorrido na Imparidade e nas Provisões durante os exercícios de 2022 e 2021, foi o seguinte:

	2022				
	31-12-2021	Dotações	Reposições	Utilizações	31-12-2022
Crédito concedido e outros saldos a receber (Nota 5)	39 333	5 700	(12 661)	(6 749)	25 623
Outros ativos (Nota 8)	21	-	(1)	(7)	13
Provisões (Nota 11)	91	2	(93)	-	-
	39 445	5 702	(12 755)	(6 756)	25 636
	2021				
	31-12-2020	Dotações	Reposições	Utilizações	31-12-2021
Crédito concedido e outros saldos a receber	36 224	5 688	(2 355)	(224)	39 333
Outros ativos	21	-	-	-	21
Provisões	359	7	(273)	(1)	91
	36 604	5 695	(2 628)	(225)	39 445

21. Gestão do capital

A Sociedade mantém uma gestão ativa do capital para cobrir os riscos inerentes à atividade mantendo os níveis exigidos pela legislação aplicável às Sociedades de Titularização de Créditos. A adequação do capital é monitorizada periodicamente e sempre que se procede a uma emissão de obrigações titularizadas.

Durante o exercício de 2022, a Sociedade cumpriu a todo o momento com os níveis de capital exigidos pela legislação.

De acordo com o artigo 71.º - M do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (ou "RGOIC", aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro), aplicável às Sociedades de Titularização de Créditos por remissão dos artigos 43.º e 19.º do Regime Jurídico da Titularização de Créditos (aprovado pelo Decreto-Lei 453/99 de 5 de novembro), os fundos próprios das sociedades de titularização de créditos não podem ser inferiores ao maior dos montantes apurado segundo os seguintes critérios:

- i. O montante apurado pela aplicação de 25% sobre as despesas gerais fixas (custo com o pessoal e gastos gerais administrativos) verificadas no ano anterior, de acordo com o previsto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 97.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. O cálculo das despesas gerais fixas do ano anterior abrange apenas o centro "Geral";
- ii. O montante de capital mínimo conforme previsto no artigo 71.º-L do RGOIC;
- iii. Quando o valor líquido global das carteiras sob sua gestão exceder €250.000.000, as Sociedades de Titularização de Créditos constituem um montante de fundos próprios adicional ao capital inicial mínimo nos seguintes termos:
 - a. montante adicional igual a 0,02 % do montante em que o valor líquido global das carteiras sob gestão exceda o montante de €250.000.000;
 - b. a soma do montante adicional referido na alínea anterior e do capital inicial mínimo não pode ser superior a €10.000.000;
 - c. a Sociedade pode não constituir até 50 % do montante referido na alínea a) se beneficiar de uma garantia do mesmo montante prestada por uma instituição de crédito ou uma empresa de seguros com sede na União Europeia.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o cumprimento destes rácios é evidenciado da seguinte forma:

Operações	31-12-2022		31-12-2021	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Atlantes Mortgages No. 2	100 220	4,19%	114 047	4,61%
Atlantes Mortgages No. 3	191 524	8,00%	217 011	8,76%
Atlantes Mortgages No. 4	214 812	8,97%	244 754	9,88%
Atlantes Mortgages No. 5	-	0,00%	211 242	8,53%
Atlantes Mortgages No. 7	-	0,00%	173 997	7,03%
Azor Mortgages No. 1	-	0,00%	-	0,00%
Azor Mortgages No. 2	-	0,00%	112 433	4,54%
Hipototta 13	1 200 483	50,14%	1 380 228	55,73%
Consumer Totta 1	665 930	27,82%	-	0,00%
Fénix	21 149	0,88%	22 853	0,92%
Ecuador Receivables	-	0,00%	-	0,00%
	2 394 118	100,00%	2 476 565	100,00%
Cálculo dos Fundos Próprios				
Límites	Valor		Valor	
i) 25% das Despesas gerais fixas do ano anterior	42		46	
ii) Capital inicial mínimo	125		125	
iii) Capital inicial mínimo + adicional	554		570	
Requisitos Capitais Próprios (1)	554		570	
Situação actual da Gamma (2)	Valor		Valor	
Capital Social	250		250	
Outros instrumentos de capital	4 035		4 035	
Outras reservas e resultados transitados	2 848		2 525	
Resultado do período	196		323	
Capitais Próprios	7 329		7 133	
Excesso de Fundos Próprios (2-1)	6 775		6 563	

22. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Depósitos	166 690	280 848	7 330	7 258	159 360	273 590
Valores a receber (Nota 8)	9 381	1 025	-	-	9 381	1 025
Adiantamentos (Nota 12)	(14 451)	(21 507)	-	-	(14 451)	(21 507)
	161 620	260 366	7 330	7 258	154 290	253 108

23. Gestão de risco

Tendo em consideração o tipo de atividade que exerce: gestão de operações de titularização, a exposição ao risco por parte da Gamma é de uma forma global reduzido, sendo quase nulo nas principais categorias de risco financeiro conforme abaixo se apresenta.

A Sociedade desenvolve uma atividade instrumental na área de funding para o Grupo Santander (não obstante poder realizar operações de titularização para entidade terceiras, como é o caso atualmente do Fénix em que o Servicer é a 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (“321 Crédito”), pelo que a principal fonte de receitas da Sociedade advém das comissões recebidas relativas à gestão das operações, sem necessidade a recursos de balanço (existe transferência do risco para terceiros), pelo que a exposição de risco a instrumentos financeiros é residual. De salientar que o património autónomo afeto a cada emissão de obrigações titularizadas é o único que responde pelas respetivas responsabilidades.

A Sociedade dispõe de meios humanos e técnicos adequados, que se traduzem na mitigação do risco operacional, de *compliance* e de reputação, associados ao exercício da sua atividade. No cômputo global, pode-se considerar que a Gamma apresenta um perfil de risco reduzido, que advém dos riscos limitados, em particular financeiros, que emergem das atividades desenvolvidas, também designados por riscos intrínsecos, que são ainda mitigados pelos adequados sistemas de controlo interno.

23.1 Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a probabilidade de perda devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

No âmbito da atividade que exerce, a Sociedade adquire carteiras de crédito que são posteriormente objeto de operações de titularização, pelo que existe transferência efetiva e total do risco de crédito dessas carteiras para os detentores das obrigações emitidas no âmbito dessas operações.

A 31 de dezembro de 2022, existiam 6 operações de titularização vivas sob a gestão da Sociedade, representativas de 2,164 mil milhões de euros em créditos, repartidas conforme apresentados no quadro seguinte. Saliente-se que todas dizem respeito a operações de titularização do Banco, essencialmente com objetivo primário de obtenção de *funding*, à exceção da Fénix, que diz respeito à titularização de ativos de uma entidade terceira.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os créditos adquiridos pelas diversas operações líquidas de imparidade são os seguintes:

Operações	31-12-2022		31-12-2021	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Atlantes Mortgages No. 2	92 358	4,27%	104 771	4,85%
Atlantes Mortgages No. 3	154 451	7,14%	174 317	8,06%
Atlantes Mortgages No. 4	169 645	7,84%	192 895	8,92%
Atlantes Mortgages No. 5	-	0,00%	164 649	7,62%
Atlantes Mortgages No. 7	-	0,00%	130 131	6,02%
Azor Mortgages No. 1	-	0,00%	-	0,00%
Azor Mortgages No. 2	-	0,00%	102 570	4,75%
Consumer Totta 1	619 989	28,65%	-	0,00%
Hipototta 13	1 127 623	52,10%	1 292 228	59,78%
Fénix	-	0,00%	-	0,00%
Ecuador Receivables	-	0,00%	-	0,00%
	2 164 066	100,00%	2 161 561	100,00%

Nos pontos seguintes, apresentamos as principais características das operações na vertente de risco de crédito, tendo por base a informação divulgada nos últimos *investor reports* até ao fecho de cada ano (dada a periodicidade específica dos relatórios, distinta para cada operação e que poderá não coincidir com o fecho do ano, são apresentados os últimos dados disponíveis, tendo por referência a data de 31 de dezembro de 2022), designadamente:

- *Ratings* das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais (*Moody's*, *Fitch*, *S&P* e *DBRS*). Considerando que se tratam de operações de titularização de créditos portugueses (originados por instituições de crédito nacionais), apresentamos como referência os *ratings* da República Portuguesa.
- O *Loan-to-Value* dos créditos titularizados (quando aplicável), correspondente ao rácio entre os empréstimos e os colaterais dos mesmos (valorizados a valor de mercado, essencialmente, imóveis residenciais).
- Principais rácios de delinquência, que resumem a performance da carteira em termos de risco de crédito, designadamente o *Default Ratio* e o *Realised Loss Ratio*.

i) Atlantes Mortgages No. 2

Emitida em 2008, esta operação diz respeito à titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif. Os créditos adquiridos encontram-se colateralizados por hipotecas sobre imóveis do setor residencial – crédito à habitação. Em dezembro de 2022, o *Loan-to-Value* subjacente aos créditos titularizados era de 35,55% (37,25% em dezembro de 2021).

Em termos de principais indicadores de delinquência, os rácios desta operação de titularização a 31 de dezembro de 2022 e 2021, eram os seguintes:

31-12-2022		31-12-2021	
Default Ratio	Realised Loss Ratio	Default Ratio	Realised Loss Ratio
5,25%	6,05%	5,18%	5,57%

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

No quadro seguinte, apresentam-se os ratings das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais:

Classe	Ratings			
	S&P	Fitch	Moody's	DBRS
A	AA+	AA	-	AA (h)
B	AA+	AA	-	-
C	A+	A+	-	-
D	-	-	-	-
<i>Por referência:</i>				
República Portuguesa	BBB+	BBB+	Baa2	A (low)

ii) Atlantes Mortgages No. 3

Emitida em 2008, esta operação diz respeito à titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif. Os créditos adquiridos encontram-se colateralizados por hipotecas sobre imóveis do setor residencial – crédito à habitação. Em dezembro de 2022, o Loan-to-Value subjacente aos créditos titularizados era de 33,10% (34,66% em dezembro de 2021).

Em termos de principais indicadores de delinquência, os rácios desta operação de titularização a 31 de dezembro de 2022 e 2021, eram os seguintes:

31-12-2022		31-12-2021	
Default Ratio	Realised Loss Ratio	Default Ratio	Realised Loss Ratio
4,87%	6,22%	4,84%	5,79%

No quadro seguinte, apresentam-se os ratings das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais:

Classe	Ratings			
	S&P	Fitch	Moody's	DBRS
A	AA+	AA	-	AAA
B	-	-	-	-
C	-	-	-	-
<i>Por referência:</i>				
República Portuguesa	BBB+	BBB+	Baa2	A (low)

iii) Atlantes Mortgages No. 4

Emitida em 2009, esta operação diz respeito à titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif. Os créditos adquiridos encontram-se colateralizados por hipotecas sobre imóveis do setor residencial – crédito à habitação. Em dezembro de 2022, o Loan-to-Value subjacente aos créditos titularizados era de 29,11% (30,47% em dezembro de 2021).

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Em termos de principais indicadores de delinquência, os rácios desta operação de titularização a 31 de dezembro de 2022 e 2021, eram os seguintes:

31-12-2022		31-12-2021	
Default Ratio	Realised Loss Ratio	Default Ratio	Realised Loss Ratio
5,36%	5,37%	5,34%	5,08%

No quadro seguinte, apresentam-se os ratings das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais:

Classe	Ratings			
	S&P	Fitch	Moody's	DBRS
A	AA+	AA	-	AAA
B	-	-	-	-
C	-	-	-	-
<i>Por referência:</i>				
República Portuguesa	BBB+	BBB+	Baa2	A (low)

vii) Hipototta 13

Emitida em janeiro de 2018, esta operação diz respeito à titularização de uma carteira de crédito imobiliário originada pelo Banco. Os créditos adquiridos encontram-se colateralizados por hipotecas sobre imóveis do setor residencial – crédito à habitação. Em dezembro de 2022, o Loan-to-Value subjacente aos créditos titularizados era de 68,78% (71,41% em dezembro 2021).

Em termos de principais indicadores de delinquência, os rácios desta operação de titularização a 31 de dezembro de 2022 e 2021, eram os seguintes:

31-12-2022		31-12-2021	
Default Ratio	Realised Loss Ratio	Default Ratio	Realised Loss Ratio
0,19%	0,11%	0,15%	0,12%

No quadro seguinte, apresentam-se os ratings das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais:

Classe	Ratings			
	S&P	Fitch	Moody's	DBRS
A	-	A+ (sf)	-	AA (low) (sf)
B	-	-	-	-
C	-	-	-	-
<i>Por referência:</i>				
República Portuguesa	BBB+	BBB+	Baa2	A (low)

viii) Consumer Totta 1

Emitida em setembro de 2022, esta operação diz respeito à titularização de uma carteira de crédito ao consumo originada pelo Banco.

Em termos de principais indicadores de delinquência, os rácios desta operação de titularização a 31 de dezembro de 2022, eram os seguintes:

Default Ratio	Realised Loss Ratio
0,24%	0,24%

No quadro seguinte, apresentam-se os ratings das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais:

Classe	Ratings			
	S&P	Fitch	Moody's	DBRS
A	-	AA+ (sf)	Aa2	-
B	-	AA- (sf)	A3 (sf)	-
C	-	A (sf)	Baa3	-
D	-	BB+ (sf)	Ba2	-
E	-	-	-	-
F	-	-	-	-
X	-	-	-	-
<i>Por referência:</i>				
República Portuguesa	BBB+	BBB+	Baa2	A (low)

23.2 Risco de Mercado

O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações e preços de mercadorias.

Refletindo as características do negócio em que opera, verifica-se que, a 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não estava exposta a este tipo de risco, em nenhuma das suas vertentes, sendo que o valor de cerca de 22.404 milhares de euros da rubrica Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 4) (1.435 milhares de euros em 2021) diz respeito exclusivamente ao valor de mercado positivo de Interest Rate Swaps, contratados com o objetivo de cobertura de risco de taxa de juro.

23.3 Risco Cambial

O risco cambial define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, que poderão resultar em alterações no preço de instrumentos denominados em moeda estrangeira, movimentos contabilísticos relativos à conversão na moeda local de investimentos externos, ou pela alteração da posição competitiva da instituição devida a variações significativas das taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2022, todos os ativos e passivos da Sociedade são denominados em euros, a exposição ao risco de taxa de câmbio da Sociedade é nulo, tendo em conta a existência, quando aplicável, de uma proteção natural decorrente da compensação da variação cambial entre os ativos e passivos denominados em moeda.

23.4 Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro consiste na probabilidade de ocorrência de perdas devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em conta a estrutura de balanço de uma instituição.

Na Sociedade, as operações de titularização representam cerca de 90% do ativo total e do ativo remunerado. Do lado do passivo, as notas de titularização correspondem a 99% da totalidade do passivo e do passivo remunerado, conforme se apresenta no quadro abaixo. O risco de taxa de juro resultante destas exposições de balanço é mitigado, tendo em conta que existe a cobertura do risco de mismatch dos prazos de refixação das taxas de juro entre os ativos e passivos, mediante a contratação de IRS (Interest Rate Swaps).

Os ativos remunerados remanescentes são compostos por depósitos bancários no montante de 208.671 milhares de euros, respeitantes a depósitos à ordem com refixação mensal da taxa de juro e ainda pela rubrica Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 4), no valor de 22.404 milhares euros, correspondente ao valor de mercado positivo dos IRS contratados com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro. Desta forma, no cômputo global, a exposição a risco de taxa de juro da Gamma é muito reduzida ou quase inexistente.

	31-12-2022		31-12-2021	
	Valor	%	Valor	%
Ativo Remunerado	2 395 141	99,61%	2 474 227	99,96%
<i>Do qual: Crédito titularizado</i>	2 164 066	90,00%	2 161 561	87,33%
Ativo Não Remunerado	9 487	0,39%	1 075	0,04%
Total do Ativo	2 404 628	100,00%	2 475 302	100,00%
Passivo Remunerado	2 382 317	99,38%	2 445 902	99,10%
<i>Do qual: Notas de titularização</i>	2 382 317	99,38%	2 443 659	99,01%
Passivo Não Remunerado	14 982	0,62%	22 267	0,90%
Total do Passivo	2 397 299	100,00%	2 468 169	100,00%

23.5 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efetuado em condições razoáveis.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

No que diz respeito à Gamma, pode-se considerar que o risco de liquidez é inexistente – à semelhança dos outros riscos financeiros – dado que as perdas resultantes não têm impacto na Sociedade, na medida em que são assumidas integralmente pelos detentores das obrigações. Com efeito, os veículos de titularização são entidades juridicamente autónomas da Sociedade e entre si, em que o respetivo património responde apenas e exclusivamente perante as responsabilidades assumidas nas operações. No que toca ao risco de liquidez, todos os fluxos recebidos dos créditos adquiridos são passados aos detentores das notas, para cumprimento das responsabilidades. Adicionalmente, cada um dos veículos de titularização possui contas de cash reserve junto de instituições de crédito, de modo a suprirem eventuais problemas pontuais de liquidez no pagamento do serviço da dívida das notas, apresentando-se no quadro abaixo o detalhe das mesmas, designadamente o montante:

<u>Operações</u>	<u>Cash Reserve</u>
Atlantes Mortgages No. 2	8 092
Atlantes Mortgages No. 3	34 748
Atlantes Mortgages No. 4	46 273
Hipototta 13	36 253
Consumer Totta 1	6 508
	<u>131 874</u>

Numa análise direta ao perfil de liquidez da Sociedade, a evidenciar o back-to-back da rubrica do ativo Crédito concedido e outros saldos a receber (Nota 5) com a rubrica do passivo Responsabilidades representadas por títulos (Nota 10) no âmbito das operações de titularização realizadas, pelo que o risco de liquidez é inexistente, na medida em que a Sociedade não possui dívida financeira para além das notas de titularização emitidas, e que se encontram cobertas com os respetivos ativos.

Com efeito, excluindo as operações de titularização, em que existe o back-to-back entre ativos e passivos, o passivo financeiro assumido pela Sociedade é nulo. Do lado do ativo, a restante componente (ativo remunerado) diz respeito essencialmente a depósitos bancários constituídos no âmbito da estruturação das operações de titularização, com um peso de cerca de 9% do total do ativo, bem como do valor de mercado positivo dos instrumentos derivados (22.404 milhares de euros).

24. Justo Valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado ativo. Um mercado é considerado ativo e líquido, quando atuam contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular. Para instrumentos financeiros em que não existe mercado ativo, por falta de liquidez e ausência de transações regulares, são utilizados métodos e técnicas de avaliação para estimar o justo valor. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de acordo com a hierarquia prevista na norma IFRS 13.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor

Em 31 de dezembro de 2022 o detalhe desta rubrica é o seguinte:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor de Mercado ou Cotação	Análise de mercado	Outros	Valor de Mercado ou Cotação	Análise de mercado	Outros
Ativo						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	22 404	-	-	1 435

Na construção do quadro acima indicado foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros mensurados com base em cotações de mercado ativo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos utilizando "inputs" observáveis de mercado;
- Outros (Nível 3): nesta coluna estão incluídos instrumentos financeiros que são mensurados com recurso a variáveis não observáveis em mercado.

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Prazo	31/12/2022		31/12/2021	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	1,74%	4,65%	-0,64%	0,20%
1 mês	1,74%	4,66%	-0,64%	0,20%
3 meses	2,12%	4,77%	-0,57%	0,21%
6 meses	2,69%	4,97%	-0,55%	0,31%
9 meses	3,03%	5,08%	-0,52%	0,42%
1 ano	3,23%	5,12%	-0,48%	0,53%
3 anos	3,31%	4,34%	-0,15%	1,17%
5 anos	3,23%	4,03%	0,02%	1,36%
7 anos	3,20%	3,90%	0,13%	1,47%
10 anos	3,20%	3,83%	0,30%	1,58%

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe desta rubrica é o seguinte:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Ativo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	208 671	208 671	311 231	311 231
Crédito concedido e outros saldos a receber	2 164 066	2 164 066	2 161 561	2 161 561
Passivo				
Responsabilidades representadas por títulos	2 382 317	2 382 317	2 443 659	2 443 659

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, a Sociedade apura o respetivo justo valor com recurso a técnicas de valorização.

O justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação, não tendo sido determinado com esse objetivo.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

As técnicas de valorização utilizadas pela Sociedade procuram ter por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respetivos *cash flows* descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas.

Para os créditos sem incumprimento de taxa variável e muito curto prazo, foi considerado que o valor de balanço corresponde à melhor aproximação de justo valor.

25. Análise detalhada das operações

Nesta nota são apresentados os detalhes de cada uma das operações de titularização.

A numeração das notas é sequencial e igual para todas as emissões de modo a facilitar a sua leitura. Deste modo podem existir operações cujas notas não são aplicáveis.

Gamma - Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.
Demonstração dos Resultados desagregada por operação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Montantes expressos em Milhares de Euros)

Notas	Atlantes Mortgages No. 2		Atlantes Mortgages No. 3		Atlantes Mortgages No. 4		Atlantes Mortgages No. 5		Atlantes Mortgages No. 7		Subtotal		
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	
Rendimentos de juros	25.8	627	271	933	380	1 268	717	(18)	918	8	1 298	2 818	3 584
Encargos por Juros	25.8	(989)	(606)	(1 256)	(200)	(1 700)	(804)	(3 683)	(469)	(3 366)	(651)	(10 994)	(2 730)
Margem financeira		(362)	(335)	(323)	180	(432)	(87)	(3 701)	449	(3 358)	647	(8 176)	854
Rendimentos de serviços e comissões	25.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	25.9	(176)	(198)	(517)	(547)	(627)	(669)	(87)	(566)	(78)	(492)	(1 485)	(2 472)
Resultados em operações financeiras	25.10	530	(502)	989	(699)	890	(960)	41	(646)	(1 983)	(305)	467	(3 112)
Outros resultados de exploração	25.11	(345)	815	(520)	1 162	(599)	1 445	1 482	732	3 325	704	3 343	4 858
Produto da atividade		(353)	(220)	(371)	96	(768)	(271)	(2 265)	(31)	(2 094)	554	(5 851)	128
Gastos gerais administrativos	25.12	(78)	(64)	(73)	(46)	(94)	(82)	(56)	(82)	(31)	(84)	(332)	(358)
Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado	25.13	431	284	444	(50)	862	353	2 321	113	2 125	(470)	6 183	230
Resultado do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas	Azor Mortgages		Azor Mortgages No. 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal		
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	
Rendimentos de juros	25.8	-	2	3	152	13 592	11 028	342	391	-	-	16 755	15 157
Encargos por Juros	25.8	-	(53)	(303)	(15)	(12 714)	(7 542)	(376)	(128)	-	-	(24 387)	(10 468)
Margem financeira		-	(51)	(300)	137	878	3 486	(34)	263	-	-	(7 632)	4 689
Rendimentos de serviços e comissões	25.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	25.9	-	(8)	(73)	(234)	(1 844)	(1 891)	(318)	(380)	-	-	(3 720)	(4 985)
Resultados em operações financeiras	25.10	-	3 783	4 562	(565)	(196)	(28)	-	-	-	-	4 833	78
Outros resultados de exploração	25.11	-	(4 027)	(5 390)	795	(1 895)	3 283	(1 691)	(794)	-	-	(5 633)	4 115
Produto da atividade		-	(303)	(1 201)	133	(3 057)	4 850	(2 043)	(911)	-	-	(12 152)	3 897
Gastos gerais administrativos	25.12	-	-	(45)	(56)	(78)	(87)	(54)	(63)	-	-	(509)	(564)
Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado	25.13	-	303	1 246	(77)	3 135	(4 763)	2 097	974	-	-	12 661	(3 333)
Resultado do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas	Consumer Totta 1		Total	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Rendimentos de juros	25.8	11 005	-	27 760
Encargos por Juros	25.8	(5 440)	-	(29 827)
Margem financeira		5 565	-	(2 067)
Rendimentos de serviços e comissões	25.9	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	25.9	(247)	-	(3 967)
Resultados em operações financeiras	25.10	9 409	-	14 242
Outros resultados de exploração	25.11	(9 009)	-	(14 642)
Produto da atividade		5 718	-	(6 434)
Gastos gerais administrativos	25.12	(18)	-	(527)
Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado	25.13	(5 700)	-	6 961
Resultado do período		-	-	-

Gamma - Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.
 Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Montantes expressos em Milhares de Euros)

	Atlantes Mortgages No. 2		Atlantes Mortgages No. 3		Atlantes Mortgages No. 4		Atlantes Mortgages No. 5		Atlantes Mortgages No. 7		Subtotal	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais												
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	(1 320)	(176)	(608)	(639)	(749)	(796)	(218)	(691)	(175)	(651)	(3 069)	(2 953)
<i>Fluxos das atividades operacionais</i>	(1 320)	(176)	(608)	(639)	(749)	(796)	(218)	(691)	(175)	(651)	(3 069)	(2 953)
Atividades de investimento												
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:												
Ativos financeiros detidos para negociação	369	(88)	354	(162)	671	(151)	(12)	(116)	(6)	(58)	1 376	(575)
Ativos financeiros ao custo amortizado	13 341	12 971	21 208	22 245	25 369	24 615	165 338	21 039	130 766	16 827	356 022	97 697
<i>Fluxos das atividades de investimento</i>	13 710	12 883	21 562	22 083	26 040	24 464	165 326	20 923	130 760	16 769	357 398	97 122
Atividades de financiamento												
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:												
Passivos financeiros ao custo amortizado	(14 690)	(13 199)	(26 365)	(24 605)	(31 504)	(29 700)	(214 919)	(24 328)	(177 358)	(19 724)	(464 836)	(111 556)
<i>Fluxos das atividades de financiamento</i>	(14 690)	(13 199)	(26 365)	(24 605)	(31 504)	(29 700)	(214 919)	(24 328)	(177 358)	(19 724)	(464 836)	(111 556)
Variação da caixa e seus equivalentes	(2 300)	(492)	(5 411)	(3 161)	(6 213)	(6 032)	(49 810)	(4 096)	(46 773)	(3 606)	(110 507)	(17 387)
Caixa e seus equivalentes no início do período	11 595	12 087	43 947	47 108	54 633	60 665	49 810	53 906	46 773	50 379	206 758	224 145
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9 295	11 595	38 536	43 947	48 420	54 633	-	49 810	-	46 773	96 251	206 758

	Azor Mortgages		Azor Mortgages No. 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais												
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	-	(9)	(551)	(148)	(2 040)	(2 130)	(587)	(448)	-	-	(6 247)	(5 688)
<i>Fluxos das atividades operacionais</i>	-	(9)	(551)	(148)	(2 040)	(2 130)	(587)	(448)	-	-	(6 247)	(5 688)
Atividades de investimento												
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:												
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	(13)	(130)	-	-	-	-	-	-	1 363	(705)
Ativos financeiros ao custo amortizado	-	502	102 912	11 722	181 565	181 733	2 559	1 813	-	-	643 058	293 467
<i>Fluxos das atividades de investimento</i>	-	502	102 899	11 592	181 565	181 733	2 559	1 813	-	-	644 421	292 762
Atividades de financiamento												
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:												
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	(793)	(112 748)	(12 082)	(187 895)	(186 937)	(2 079)	(1 255)	-	-	(767 558)	(312 623)
<i>Fluxos das atividades de financiamento</i>	-	(793)	(112 748)	(12 082)	(187 895)	(186 937)	(2 079)	(1 255)	-	-	(767 558)	(312 623)
Variação da caixa e seus equivalentes	-	(300)	(10 400)	(638)	(8 370)	(7 334)	(107)	110	-	-	(129 384)	(25 549)
Caixa e seus equivalentes no início do período	-	300	10 400	11 038	86 645	93 979	170	60	-	-	303 973	329 522
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-	-	-	10 400	78 275	86 645	63	170	-	-	174 589	303 973

	Consumer Totta 1										Total	
	31/12/2022	31/12/2021									31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais												
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	(156)	-									(6 403)	(5 688)
<i>Fluxos das atividades operacionais</i>	(156)	-									(6 403)	(5 688)
Atividades de investimento												
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:												
Ativos financeiros detidos para negociação	(10 695)	-									(9 332)	(705)
Ativos financeiros ao custo amortizado	(623 185)	-									19 873	293 467
<i>Fluxos das atividades de investimento</i>	(633 880)	-									10 541	292 762
Atividades de financiamento												
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:												
Passivos financeiros ao custo amortizado	660 788	-									(106 770)	(312 623)
<i>Fluxos das atividades de financiamento</i>	660 788	-									(106 770)	(312 623)
Variação da caixa e seus equivalentes	26 752	-									(102 632)	(25 549)
Caixa e seus equivalentes no início do período	-	-									303 973	329 522
Caixa e seus equivalentes no fim do período	26 752	-									201 341	303 973

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

a) Operação Atlantes Mortgages No. 2

Em março de 2008 foi assegurada a gestão da Atlantes Mortgages No. 2, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif.

Esta operação, estruturada em 2008 pelo Grupo Banif envolveu inicialmente a compra ao Banif de uma carteira de cerca de 375 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações "Atlantes Mortgages No. 2" no montante de 391 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos imobiliários. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado "Atlantes Mortgages No. 2".

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating S&P	Rating DBRS
Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	349 100	2008	2060	Trimestral	Euribor 3M+0,33%	AA	AA+	AA (h)
Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	18 400	2008	2060	Trimestral	Euribor 3M+0,95%	AA	AA+	Unrated
Class C Mortgage-Backed Floating Rate Notes	7 500	2008	2060	Trimestral	Euribor 3M+1,65%	A+	A+	Unrated
Class D Notes	16 125	2008	2060	Trimestral	Residual	Unrated	Unrated	Unrated

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2060, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

b) Operação Atlantes Mortgages No. 3

Em outubro de 2008 foi assegurada a gestão da Atlantes Mortgages No. 3, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif.

Esta operação, estruturada em outubro de 2008 pelo Grupo Banif envolveu inicialmente a compra ao Banif de uma carteira de cerca de 600 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações "Atlantes Mortgages No. 3" no montante de 624 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos imobiliários. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado de "Atlantes Mortgages No. 3".

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating S&P	Rating DBRS
Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	558 600	2008	2061	Trimestral	Euribor 3M+0,2%	AA	AA+	AAA
Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	41 400	2008	2061	Trimestral	Euribor 3M+0,5%	Unrated	Unrated	Unrated
Class C Notes	57 668	2008	2061	Trimestral	Residual	Unrated	Unrated	Unrated

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2061, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

c) Operação Atlantes Mortgages No. 4

Em fevereiro de 2009 foi assegurada a gestão da Atlantes Mortgages No. 4, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif.

Esta operação, estruturada em fevereiro de 2009 pelo Grupo Banif, envolveu inicialmente a compra ao Banif de uma carteira de cerca de 550 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações "Atlantes Mortgages No. 4" no montante de 566,5 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos imobiliários. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado de "Atlantes Mortgages No. 4".

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating S&P	Rating DBRS
Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	514 250	2009	2064	Trimestral	Euribor 3M+0,15%	AA	AA+	AAA
Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	35 750	2009	2064	Trimestral	Euribor 3M+0,3%	Unrated	Unrated	Unrated
Class C Notes	74 250	2009	2064	Trimestral	Residual	Unrated	Unrated	Unrated

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2064, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

d) Operação Atlantes Mortgages No. 5

Em dezembro de 2009 foi assegurada a gestão da Atlantes Mortgages No. 5, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif.

Esta operação, estruturada em dezembro de 2009 pelo Grupo Banif, envolveu inicialmente a compra ao Banif de uma carteira de cerca de 500 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações "Atlantes Mortgages No. 5" no montante de 520,5 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos imobiliários.

Esta operação liquidou antecipadamente em fevereiro de 2022.

e) Operação Atlantes Mortgages No. 7

Em novembro de 2010 foi assegurada a gestão da Atlantes Mortgages No. 7, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif.

Esta operação, estruturada em novembro de 2010 pelo Grupo Banif, envolveu inicialmente a compra ao Banif de uma carteira de cerca de 397 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações "Atlantes Mortgages No. 7" no montante de 460,55 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos imobiliários.

Esta operação liquidou antecipadamente em fevereiro de 2022.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

f) Operação Azor Mortgages No. 2

No âmbito da gestão de operações do Banif, foi assegurada em julho de 2008 a gestão da Azor Mortgages No. 2, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banco Banif e Comercial do Açores, S.A. (BBCA), Banif, por via de fusão por incorporação.

Esta operação, estruturada em julho de 2008 pelo Grupo Banif, envolveu inicialmente a compra ao Banco Banif e Comercial do Açores, S.A. (BBCA) de uma carteira de cerca de 300 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações "Azor Mortgages nº 2" no montante de 307 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos hipotecários.

Esta operação liquidou antecipadamente em abril de 2022.

g) Operação Hipototta 13

Em janeiro de 2018 foi assegurada a gestão do Hipototta 13, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banco.

Esta operação envolveu a compra ao Banco de uma carteira de cerca de 2.200 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações "Hipototta 13" no montante de 2.266 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos imobiliários. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado "Hipototta 13".

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating DBRS
Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	1 716 000	2018	2072	Trimestral	Euribor 3M+0,6%	A+ (sf)	AA (low) (sf)
Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	484 000	2018	2072	Trimestral	Euribor 3M+1%	Unrated	Unrated
Class C Notes	66 000	2018	2072	Trimestral	Residual	Unrated	Unrated
Class VFN Notes	0,001	2018	2072	Trimestral	Residual	Unrated	Unrated

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2072, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

h) Operação Consumer Totta 1

Em setembro de 2022 foi assegurada a gestão do Consumer Totta 1, operação de titularização de crédito ao consumo originado pelo Banco.

Esta operação envolveu a compra ao Banco de uma carteira de cerca de 687 milhões de Euros de crédito ao consumo sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações "Consumer Totta 1" no montante de 666 milhões de Euros. A operação contempla um período de Revolving de um ano, durante o qual a Gamma poderá adquirir mais créditos ao Originador. A Emissão foi repartida em sete classes, com diferentes níveis de subordinação e rating e, conseqüentemente de remuneração. As Classes de A a E são colateralizadas por esse mesmo portfólio de créditos ao consumo, enquanto a Classe F foi utilizada para financiar a Cash Reserve. A Classe X foi utilizada para financiar custos upfront e será remunerada através do Excess Spread, seguindo a prioridade de pagamento dos juros definida na operação. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado "Consumer Totta 1".

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating Moody's
Class A Asset-Backed Floating Rate Notes	520 000	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+0,8%	AA+ (sf)	Aa2
Class B Asset-Backed Floating Rate Notes	25 000	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+1,1%	AA- (sf)	A3 (sf)
Class C Asset-Backed Floating Rate Notes	40 000	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+2%	A (sf)	Baa3
Class D Asset-Backed Floating Rate Notes	25 000	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+8%	BB+ (sf)	Ba2
Class E Asset-Backed Floating Rate Notes	40 000	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+11,85%	-	-
Class F Notes	6 500	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+12,5%	-	-
Class X Notes	9 430	2022	2033	Trimestral	Residual	-	-

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2033, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

i) Operação Fénix

Em dezembro de 2014 foi assegurada a gestão da Fénix, operação de titularização de crédito originado pelo BPN Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A., atual 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A..

Esta operação, estruturada pelo Grupo Banif, envolveu inicialmente a compra ao BPN Crédito, atual 321 Crédito de uma carteira de cerca de 50,9 milhões de euros de crédito sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações "Fénix 1" no montante de 50,95 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado de "Fénix".

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating S&P
Fénix 1 Asset-Backed Notes due 2037	50 950	2014	2037	Trimestral	NA	Unrated

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2037, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

j) Operação Ecuador

Em dezembro de 2007 foi realizada a operação de titularização Ecuador Receivables, uma operação sobre créditos libertados sobre a Hidroeléctrica Hidropastaza, relacionados com a produção de energia futura. Para financiar a aquisição destes créditos, a Sociedade emitiu as obrigações Ecuador Receivables nº 1 Classes A e B, com um valor nominal de US \$5.905.000, inteiramente subscritas no ato da emissão.

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Usd)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating S&P
Ecuador Receivables No.1	5 000	2007	2021	Trimestral	Libor 3M+2%	Unrated	Unrated
Ecuador Receivables No.1	905	2007	2021	Trimestral	-	Unrated	Unrated

A emissão de obrigações titularizadas denominada Ecuador Receivables nº 1, cuja maturidade ocorreu em dezembro de 2021 não efetuou qualquer pagamento aos detentores das obrigações classes A e B. Este facto justifica-se por não ter ocorrido qualquer recebimento do património autónomo (certificados de energia futura), o único que responde pelo reembolso das obrigações emitidas. Assim, os únicos fluxos correspondem à amortização das despesas diferidas. Abaixo são indicados a maturidade e valores dos certificados de energia futura:

Nº do Certificado	Valor Nominal (US\$)	Data de Emissão	Prazo
1	4.126.100	04-01-2007	04-07-2021
2	4.126.100	04-01-2007	04-07-2021
3	4.126.100	04-01-2007	04-07-2021
4	4.126.100	04-01-2007	04-07-2021
5	4.126.100	04-01-2007	04-07-2021
6	4.126.100	04-01-2007	04-07-2021
7	825.220	04-01-2007	04-07-2021
8	341.297	04-01-2007	04-07-2021
1A	1.031.525	04-01-2007	04-07-2021
2A	1.031.525	04-01-2007	04-07-2021
3A	136.487	04-01-2007	04-07-2021
4A	113.208	10-01-2007	10-07-2021
6A	96.654	21-02-2007	21-08-2021
7A	82.667	19-04-2007	19-10-2021
9A	33.350	24-05-2007	24-11-2021
	28.448.533		

Esta operação atingiu a sua maturidade em dezembro de 2021, tendo as obrigações sido canceladas sem ter ocorrido qualquer reembolso de capital ou juros.

25.1 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Depósitos à ordem	9 295	11 595	38 536	43 947	48 420	54 633	-	49 810	-	46 773	96 251	206 758
	Azor Mortgages nº 1		Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal	
Depósitos à ordem	-	-	-	10 400	78 275	86 645	63	170	-	-	174 589	303 973
	Consumer Totta 1										Total	
Depósitos à ordem	26 752	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201 341	303 973

25.2 Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados de Negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Interest Rate Swap	486	162	1 004	302	810	257	-	293	-	299	2 300	1 313
	Azor Mortgages nº 1		Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal	
Interest Rate Swap	-	-	-	122	-	-	-	-	-	-	2 300	1 435
	Consumer Totta 1										Total	
Interest Rate Swap	20 104	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 404	1 435

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação é movimentada pelas variações no justo valor dos Interest Rate Swaps (IRS).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos IRS, é o seguinte:

Operação	Data início	Data vencimento	31-12-2022		31-12-2021	
			Nominal	Justo valor	Nominal	Justo valor
Atlantes Mortgages No. 2	05-03-2008	21-09-2060	96 160	486	109 424	162
Atlantes Mortgages No. 3	30-11-2008	20-08-2061	157 442	1 004	183 598	302
Atlantes Mortgages No. 4	16-02-2009	20-12-2064	177 058	810	200 601	257
Consumer Totta 1	30-09-2022	28-03-2028	628 207	20 104	-	-
Atlantes Mortgages No. 5	21-12-2009	23-02-2022	-	-	173 658	293
Atlantes Mortgages No. 7	19-11-2010	23-02-2022	-	-	113 159	299
Azor Mortgages No. 2	24-07-2008	21-04-2022	-	-	104 753	122
			1 058 867	22 404	885 193	1 435

25.3 Ativos financeiros ao custo amortizado – Crédito concedido e outros saldos a receber

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages No. 2		Atlantes Mortgages No. 3		Atlantes Mortgages No. 4		Atlantes Mortgages No. 5		Atlantes Mortgages No. 7		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Capital vincendo	92 614	105 296	154 958	175 151	169 584	193 389	-	165 097	-	131 043	417 156	769 976
Juros mensuralizados	102	17	161	27	602	446	-	270	-	113	865	873
Capital e juros vencidos	1 121	1 385	1 643	1 894	1 431	1 894	-	1 603	-	1 100	4 195	7 876
Imparidade	(1 479)	(1 927)	(2 311)	(2 755)	(1 972)	(2 834)	-	(2 321)	-	(2 125)	(5 762)	(11 962)
	92 358	104 771	154 451	174 317	169 645	192 895	-	164 649	-	130 131	416 454	766 763

Descrição	Azor Mortgages No. 1		Azor Mortgages No. 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Capital vincendo	-	-	-	102 394	1 130 242	1 299 160	5 768	14 408	-	-	1 553 166	2 185 938
Juros mensuralizados	-	-	-	19	3 650	1 928	8	9	-	-	4 523	2 829
Capital e juros vencidos	-	-	-	1 403	1 388	1 932	728	916	-	-	6 311	12 127
Imparidade	-	-	-	(1 246)	(7 657)	(10 792)	(6 504)	(15 333)	-	-	(19 923)	(39 333)
	-	-	-	102 570	1 127 623	1 292 228	-	-	-	-	1 544 077	2 161 561

Descrição	Consumer Totta 1		Total	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Capital vincendo	623 595	-	2 176 761	2 185 938
Juros mensuralizados	1 973	-	6 496	2 829
Capital e juros vencidos	121	-	6 432	12 127
Imparidade	(5 700)	-	(25 623)	(39 333)
	619 989	-	2 164 066	2 161 561

A rubrica de “Ativos financeiros ao custo amortizado – crédito concedido e outros saldos a receber” regista o valor nominal dos créditos adquiridos deduzidos dos valores referentes aos recebimentos de capital, entretanto ocorridos, acrescido dos juros mensuralizados e deduzindo o montante de imparidades.

O movimento das imparidades durante o exercício de 2022, foi o seguinte:

	31-12-2021	(Reversão)/Dotação	Utilizações	31-12-2022
Atlantes Mortgages nº 2	1 927	(431)	(17)	1 479
Atlantes Mortgages nº 3	2 755	(444)	-	2 311
Atlantes Mortgages nº 4	2 834	(862)	-	1 972
Atlantes Mortgages nº 5	2 321	(2 321)	-	-
Atlantes Mortgages nº 7	2 125	(2 125)	-	-
Azor Mortgages nº 2	1 246	(1 246)	-	-
Hipototta 13	10 792	(3 135)	-	7 657
Consumer Totta 1	-	5 700	-	5 700
Fénix	15 333	(2 097)	(6 732)	6 504
	39 333	(6 961)	(6 749)	25 623

A imparidade para o crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do reporte determinada de acordo com a avaliação da evidência objetiva de imparidades.

25.4 Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal		
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	
Devedores diversos	53	108	51	18	65	65	-	78	-	71	169	340	
	Azor Mortgages nº 1		Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal		
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	
Devedores diversos	-	-	-	13	605	672	32	4	-	-	806	1 029	
	Consumer Totta 1		Total										
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022										31-12-2021
Devedores diversos	8 609	-	9 415										1 029

25.5 Passivos financeiros ao custo amortizado – Recursos de instituições financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal		
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	
Recursos de instituições financeiras	-	1 050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 050	
	Azor Mortgages nº 1		Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal		
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	
Recursos de instituições financeiras	-	-	-	1 193	-	-	-	-	-	-	-	2 243	
	Consumer Totta 1		Total										
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022										31-12-2021
Recursos de instituições financeiras	-	-	-										2 243

Em 31 de dezembro de 2021, os recursos de instituições financeiras correspondem às contas margem exigidas no âmbito da operativa de instrumentos derivados. Durante o exercício de 2022, a Sociedade procedeu à *novation* dos contratos de instrumentos financeiros derivados para o Banco Santander, S.A., deixando para tal de existir conta margem em 31 de dezembro de 2022.

25.6 Passivos financeiros ao custo amortizado - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages No. 2		Atlantes Mortgages No. 3		Atlantes Mortgages No. 4		Atlantes Mortgages No. 5		Atlantes Mortgages No. 7		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Obrigações emitidas	100 220	114 047	191 524	217 012	214 812	244 754	-	211 242	-	173 996	506 556	961 051
Juros mensualizados	83	3	363	-	124	-	-	-	-	-	570	3
Outros	(4 959)	(5 300)	(3 306)	(3 879)	1 758	861	-	1 306	-	3 239	(6 507)	(3 773)
	95 344	108 750	188 581	213 133	216 694	245 615	-	212 548	-	177 235	500 619	957 281
	Azor Mortgages No. 1		Azor Mortgages No. 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Obrigações emitidas	-	-	-	112 433	1 200 483	1 380 228	21 149	22 853	-	-	1 728 188	2 476 565
Juros mensualizados	-	-	-	22	5 062	497	-	-	-	-	5 632	522
Despesas de emissão	-	-	-	-	-	-	(175)	(175)	-	-	(175)	(175)
Outros	-	-	-	(5 400)	648	(1 492)	(20 892)	(22 588)	-	-	(26 751)	(33 253)
	-	-	-	107 055	1 206 193	1 379 233	82	90	-	-	1 706 894	2 443 659
	Consumer Totta 1										Total	
	31-12-2022	31-12-2021									31-12-2022	31-12-2021
Obrigações emitidas	665 930	-									2 394 118	2 476 565
Juros mensualizados	298	-									5 930	522
Despesas de emissão	-	-									(175)	(175)
Outros	9 195	-									(17 556)	(33 253)
	675 423	-									2 382 317	2 443 659

O detalhe das obrigações à data de 31 de dezembro de 2022 encontra-se na Nota 10.A rubrica "Outros" regista o decréscimo estimado a pagar nas obrigações resultantes de diferenças entre os ativos totais e os passivos totais da operação, sendo que o saldo a 31 de dezembro de 2022 representa o valor a ser assumido pelos detentores dos títulos emitidos caso as operações fossem encerradas àquela data.

25.7 Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages No. 2		Atlantes Mortgages No. 3		Atlantes Mortgages No. 4		Atlantes Mortgages No. 5		Atlantes Mortgages No. 7		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Credores Diversos												
. Adiantamentos	6 826	6 826	5 410	5 410	2 215	2 215	-	-	-	-	14 451	14 451
. Outros	14	0	16	0	15	(0)	-	2 242	-	7	45	2 249
Acréscimos de custos	3	5	5	7	5	8	-	7	-	6	13	33
Servicer e issuer fee	5	5	30	34	11	12	-	33	-	26	46	110
	6 848	6 836	5 461	5 451	2 246	2 235	-	2 282	-	39	14 555	16 843
	Azor Mortgages No. 1		Azor Mortgages No. 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Credores Diversos												
. Adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14 451	21 507
. Outros	-	-	-	4 818	7	9	-	54	-	-	52	74
Acréscimos de custos	-	-	-	5	33	36	1	1	-	-	47	75
Servicer e issuer fee	-	-	-	34	270	267	12	29	-	-	328	440
	-	-	-	4 857	310	312	13	84	-	-	14 878	22 096
	Consumer Totta 1										Total	
	31-12-2022	31-12-2021									31-12-2022	31-12-2021
Credores Diversos												
. Adiantamentos	-	-									14 451	21 507
. Outros	5	-									57	74
Acréscimos de custos	16	-									63	75
Servicer e issuer fee	10	-									338	440
	31	-									14 909	22 096

A rubrica de credores diversos – adiantamentos, corresponde a adiantamentos efetuados ainda na esfera do Banif.

25.12 Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Gastos gerais administrativos	(78)	(64)	(73)	(46)	(94)	(82)	(56)	(82)	(31)	(84)	(332)	(358)
	Azor Mortgages nº 1		Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Gastos gerais administrativos	-	-	(45)	(56)	(78)	(87)	(54)	(63)	-	-	(509)	(564)
	Consumer Totta 1										Total	
	31-12-2022	31-12-2021									31-12-2022	31-12-2021
Gastos gerais administrativos	(18)	-									(527)	(564)

A rubrica de Gastos gerais administrativos inclui os valores relacionados com rating, serviços jurídicos e outros custos associados à operação.

25.13 Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Reforços de imparidade	-	-	-	(115)	-	-	-	(18)	-	(569)	-	(705)
Reversões de imparidade	248	140	153	-	247	60	2 321	-	2 125	-	5 094	199
Outros	(17)	-	-	(56)	-	(117)	-	(46)	-	-	(17)	(219)
Imparidade de venda de créditos	200	145	291	122	615	411	-	178	-	100	1 106	954
	431	284	444	(50)	862	353	2 321	113	2 125	(470)	6 183	230
	Azor Mortgages nº 1		Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Ecuador Receivables		Subtotal	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Reforços de imparidade	-	-	-	(156)	-	(4 826)	(6 732)	974	-	-	(6 732)	(4 713)
Reversões de imparidade	-	303	1 246	-	2 814	-	8 829	-	-	-	17 983	502
Outros	-	-	-	(5)	-	-	-	-	-	-	(17)	(224)
Imparidade de venda de créditos	-	-	-	84	321	63	-	-	-	-	1 427	1 102
	-	303	1 246	(77)	3 135	(4 763)	2 097	974	-	-	12 661	(3 333)
	Consumer Totta 1										Total	
	31-12-2022	31-12-2021									31-12-2022	31-12-2021
Reforços de imparidade	(5 700)	-									(12 432)	(4 713)
Reversões de imparidade	-	-									17 983	502
Outros	-	-									(17)	(224)
Imparidade de venda de créditos	-	-									1 427	1 102
	(5 700)	-									6 961	(3 333)

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Introdução

Com o presente Anexo, a Sociedade dá cumprimento ao dever de prestar informação anual sobre a estrutura e as práticas de governo societário em conformidade com o Código das Sociedades Comerciais (CSC) e o artigo 29º-H do Código de Valores Mobiliários (CVM).

Para elaboração do presente relatório, foram igualmente tidos em consideração a diversa regulamentação e orientações das entidades de regulação e supervisão competentes.

Informação sobre as ações e obrigações previstas no Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de dezembro de 2022, incluindo o movimento de ações e obrigações realizado durante o exercício de 2022

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade é titular de ações e/ou obrigações da sociedade, sendo que igualmente não foram efetuadas aquisições, onerações ou cessações de titularidade desses títulos por parte dos mesmos durante o ano de 2022.

Estrutura de Capital

O capital social da Sociedade é de Euros 250.000,00 representado por 50.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada uma, detidas a 100%, em 31 de dezembro de 2022, pelo Banco Santander Totta, S.A.

Entidade	% do Capital Social
Banco Santander Totta, S.A.	100%

Informação sobre ações próprias nos termos do Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos do n.º 2 do Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não se verificou, durante o exercício, qualquer movimento de ações próprias, não detendo a Sociedade ações próprias a 31 de dezembro de 2022.

Informação sobre remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização.

A 29 de abril de 2022, foi aprovada mediante deliberação unânime por escrito do acionista da Sociedade, a declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

A política remuneratória aprovada corresponde à Política aprovada pelo acionista de referência da Sociedade para todo o Grupo Santander, adaptada à natureza e circunstâncias da própria sociedade, pelo que apenas um dos membros do Conselho de Administração é remunerado e auferindo remuneração fixa.

Em 2022, o Vogal do órgão de administração da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., auferiu remuneração, de natureza fixa, no valor total anual de Euros 12.000,00.

Os demais administradores da Sociedade foram remunerados por outras sociedades do Grupo Santander, de acordo com os princípios e regras da mesma política de remunerações do Grupo Santander.

Em relação ao órgão de fiscalização da sociedade, constituído pelo Conselho Fiscal, auferiu remuneração em 2022, de natureza fixa, no valor total anual de Euros 11.682,96.

Informação anual sobre governo da Sociedade

A estrutura da Sociedade compreende os seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal bem como o Revisor Oficial de Contas, são designados pela Assembleia Geral e os seus mandatos têm a duração de três anos, podendo ser reeleitos.

Todos os membros dos órgãos sociais foram eleitos pela Assembleia Geral que se realizou a 15 de maio de 2020, para o mandato 2020/2022, tendo cumprido o último ano do mandato.

Assembleia Geral

Nos termos do artigo 9º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral representa a totalidade dos acionistas, sendo as suas decisões vinculativas sobre a totalidade dos acionistas sempre que tomadas em conformidade com a lei e os Estatutos da Sociedade.

Tendo presente a data de referência de 31 de dezembro de 2022 a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros: José Manuel Galvão Teles, Presidente António Maria Pinto Leite, Vice-Presidente e Marta Maria Appleton de Serpa Pimentel Marques, Secretário da Sociedade.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Conselho de Administração

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por dois a cinco membros.

Compete ao Conselho de Administração, gerir a atividade da sociedade, tendo plenos poderes de representação da Sociedade.

O Conselho de Administração, nos termos dos estatutos, reúne-se sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por quaisquer dois administradores, e pelo menos uma vez por trimestre.

A 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes membros: Alexandra Manuel de Almeida Gomes (Presidente) e José Fernandes Caeiro (Vogal), nomeados para o triénio 2020/2022.

Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos da alínea e) nº. 5 do artigo 66º. do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício, não foi autorizado qualquer negócio entre a Sociedade e os seus administradores.

Conselho Fiscal

A 31 de dezembro de 2022 o Conselho Fiscal da sociedade era composto pelos seguintes membros: José Duarte Assunção Dias (Presidente), Henrique Salema de Carvalho e Silva (Vogal) e José Luis Areal Alves da Cunha (Vogal).

Ao Conselho Fiscal estão cometidas todas as competências e atribuições previstas na Lei.

O ROC externo da Sociedade, nomeado para o triénio 2020/2022 é constituído por PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Senhor Dr. José Manuel Henriques Bernardo.

I. Participações qualificadas no capital social da sociedade

À data de encerramento do Exercício a que se reporta o presente Relatório, eram as seguintes as entidades detentoras de participações no capital social da Sociedade:

Entidade	% do Capital Social
Banco Santander Totta, S.A.	100%

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

II. Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

De acordo com o previsto no artigo 7.º dos Estatutos da Sociedade, por deliberação do Conselho de Administração, a sociedade poderá emitir, quer no mercado interno quer no mercado externo, obrigações titularizadas, podendo igualmente recorrer, com respeito pelas limitações legais aplicáveis, a instrumentos financeiros de baixo risco e elevada liquidez.

Ainda nos termos das regras estatutárias, a Sociedade poderá emitir ações preferenciais sem voto, bem como ações preferenciais remíveis, nos termos e com os limites legalmente previstos.

Não existem, por referência a 31 de dezembro de 2022, acionistas titulares de direitos especiais.

III. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Em conformidade com o fixado no artigo 9.º dos Estatutos, apenas podem intervir e votar nas reuniões da Assembleia Geral os acionistas que, até 5 dias antes da realização das mesmas, comprovem a sua qualidade através do registo das ações ordinárias em seu nome, nos termos legalmente previstos. Mais estabelecem as regras estatutárias que a cada 100 ações corresponde um voto, podendo os acionistas fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral nos termos legais. Sendo pessoas coletivas, os acionistas poderão fazer-se representar por quem para o efeito nomeiem.

De acordo com o estabelecido no artigo 10.º dos Estatutos, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto por correspondência, nos termos seguintes:

A declaração de voto deverá ser recebida na sociedade até às 17 horas do dia útil imediatamente anterior ao da realização da Assembleia Geral, sob pena de não poder ser considerada;

A declaração de voto deverá indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita, bem como, quando for o caso, a proposta concreta de deliberação a que se destina, valendo como voto negativo em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à sua emissão;

A circunstância da sociedade disponibilizar um boletim de voto padrão para cada Assembleia Geral não prejudica a validade do voto por correspondência recebido sem recurso ao mesmo, desde que o sentido de voto seja inteligível e inequívoco;

A declaração de voto deverá ser endereçada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que verificará a sua autenticidade e assegurará, até ao momento da votação, a sua confidencialidade;

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

O voto por correspondência releva para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral para a qual foi emitido e, salvo indicação expressa em contrário, valerá igualmente para a segunda convocatória;

A presença na Assembleia Geral do acionista que votou por correspondência, ou a do seu representante, valerá como revogação do respetivo por correspondência.

As regras estatutárias não permitem a participação na Assembleia Geral através de meios telemáticos.

IV. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

As regras estatutárias estabelecem que a Sociedade é administrada por um Conselho de Administração, composto de dois a cinco membros, acionistas ou não, a eleger pela Assembleia Geral por períodos de três anos, podendo ser indicado, desde logo, o respetivo Presidente.

Nos termos do artigo 12.º dos Estatutos, a falta de comparecimento de um Administrador, consecutiva ou interpolada, em três reuniões do Conselho de Administração, em cada ano civil, sem que seja prestada justificação devidamente aceite por este órgão, constituirá uma falta definitiva, que deverá ser declarada pelo Conselho de Administração e determinar a substituição do Administrador em causa, nos termos legais.

Não existem regras estatutárias especialmente aplicáveis à alteração dos estatutos, pelo que as mesmas serão efetuadas em conformidade com o estabelecido no Código das Sociedades Comerciais.

V. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

Em conformidade com o fixado no artigo 6.º dos Estatutos, o Conselho de Administração poderá determinar o aumento de capital social, por uma ou mais vezes, durante um período de cinco anos, até um limite máximo de 1 milhão de euros.

VI. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

As funções Geral de Riscos, de “Compliance” e de Auditoria Interna são asseguradas pelas estruturas correspondentes do Banco Santander Totta, SA., no âmbito da relação de Grupo, agindo estas, no entanto, com total independência e autonomia. A área de Cumprimento e Conduta (que corporiza a função de “Compliance”) acompanha a atividade da Sociedade de forma regular e na medida do que se justifique, designadamente promovendo reuniões periódicas onde, entre outros aspetos relativos à gestão dos riscos de conformidade, se aborda o controlo das emissões realizadas e carteiras afetas.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Lisboa, 26 de abril de 2023

O Conselho de Administração

Alexandra Manuel Almeida Gomes

(Presidente)

José Fernandes Caeiro

(Vogal)



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (a Sociedade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.404.628 milhares de euros e um total de capital próprio de 7.329 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 196 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Perdas por imparidade dos ativos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros saldos a receber

Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade dos ativos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros saldos a receber no âmbito de operações de titularização sob gestão apresentadas nas notas anexas 2.3, 2.4, 5, 20, 23.1, 24 e 25 às demonstrações financeiras da Sociedade

A significativa expressão da rubrica de crédito concedido e outros saldos a receber adquiridos no âmbito das operações de titularização sob gestão da Sociedade, e das perdas por imparidade de crédito que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento ("default"), bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

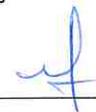
Em 31 de dezembro de 2022 o valor bruto do crédito concedido e outros saldos a receber ascende a 2.189.689 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 25.623 milhares de euros.

As perdas por imparidade de crédito das operações de titularização sob gestão da Sociedade são reconhecidas com base nas taxas de imparidade apuradas pelos originadores/*servicers* dessas operações, de acordo com os requisitos da IFRS 9, para as carteiras de crédito titularizadas e/ou para carteiras de crédito com características semelhantes aos créditos titularizados, tendo em conta o montante das responsabilidades de cada operação de crédito e a existência de indícios de aumento significativo de risco de crédito desde a concessão da operação ou de incumprimento.

Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades junto do originador/*servicer*, classificadas em *stage 3*, a imparidade é apurada através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente, tendo, por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro gerar para o

Os principais procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a:

- (i) análise das políticas contabilísticas e divulgações adicionais disponibilizadas pelos originadores/*servicers* das operações de titularização e a confirmação junto dos mesmos que as políticas seguidas e os modelos de imparidade desenvolvidos cumprem os requisitos previstos na IFRS 9;
- (ii) análise da reconciliação entre os registos contabilísticos da Sociedade e a informação contida nos reportes efetuados pelos originadores/*servicers* das operações de titularização;
- (iii) confirmação direta, junto dos originadores/*servicers* das operações de titularização, da composição da carteira de crédito à data de 31 de dezembro de 2022, incluindo os respetivos valores de capital e juros vencidos, capital e juros vencidos e imparidade;
- (iv) revisão analítica das perdas por imparidade da carteira de crédito, tomando em consideração o tipo de crédito concedido, os colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, a antiguidade e o comportamento dos créditos em mora e a imparidade média da carteira de crédito do originador para ativos similares;
- (v) apreciação da razoabilidade das perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2022 considerando os indícios de aumentos significativos de risco de crédito ou situações de incumprimento verificados para as operações de crédito em carteira à data de balanço; e



Matérias relevantes de auditoria

cumprimento das suas responsabilidades; ou (ii) o valor dos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe que a sua recuperação por via da dação/execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzida dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o apuramento de imparidade é efetuado por via da aplicação de um modelo de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas, à luz dos requisitos da IFRS 9, que incluem nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de relato (*stages* 1, 2 ou 3). Estes modelos baseiam-se na informação histórica interna de *defaults* e recuperações e, por forma a serem representativos do atual contexto económico e a incorporarem uma perspetiva de evolução económica futura.

A especificidade e a incerteza da atual conjuntura macroeconómica e geopolítica originaram um acréscimo de complexidade na determinação das perdas por imparidade. Nestas circunstâncias, os modelos internos desenvolvidos pelo originadores/*servicers* foram adaptados de forma a incorporar novos critérios e outros julgamentos, em concreto a atualização da informação prospetiva, através de um ajustamento aos modelos (*post model adjustments*), de modo a refletir os potenciais efeitos do atual contexto macroeconómico adverso, muito marcado pelos impactos ainda decorrentes da pandemia COVID-19 e exacerbados pela guerra na Europa, bem como o reflexo da relação esperada dessa informação com os parâmetros de risco dos modelos de análise coletiva desenvolvidos pelo originador/*servicer*.

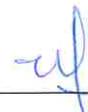
Tendo em conta o exposto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizadas pelos originadores/*servicers* das operações de titularização sob gestão da Sociedade na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o timing do seu recebimento, e podem ter impactos relevantes no montante de perdas por imparidades apurado em cada momento.

Síntese da abordagem de auditoria

(vi) análise da carteira de crédito, comparando a sua evolução durante o ano de 2022 com os relatórios mensais preparados pelos originadores/*servicers* das operações, e compreensão da visão dos responsáveis da Sociedade quanto a eventuais mudanças em termos da natureza das exposições e do perfil e qualidade de risco de crédito da carteira sob sua gestão.

Sempre que necessário, procurámos obter junto da Gestão da Sociedade esclarecimentos adicionais sobre algum pressuposto utilizado pelos originadores/*servicers* na mensuração das perdas por imparidade da carteira de crédito adquirida no âmbito das referidas operações de titularização sob sua gestão.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o crédito e outras contas a receber, bem como as respetivas perdas por imparidade, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras da Sociedade, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão e relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.



Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

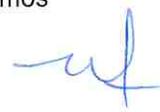
Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

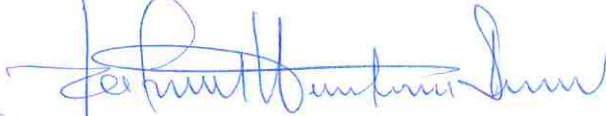
- a) Fomos nomeados auditores da Sociedade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de maio de 2014 para o exercício de 2014, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de maio de 2020 para o mandato compreendido entre 2020 e 2022.;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;



- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade em 26 de abril de 2023; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

26 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903
Registado na CMVM com o n.º 20160522

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício de 2022

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2022, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da GAMMA – SOCIEDADE DE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A. (“GAMMA” ou “Empresa”), são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

O Conselho Fiscal realizou onze reuniões em 2022 e três reuniões em 2023 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação de todos os seus membros, foi possível contar, em algumas delas, com a presença da Presidente do Conselho de Administração e do Administrador, do Revisor Oficial de Contas ou dos seus representantes, da representante do Departamento de Finanças Corporativas, representantes da empresa responsável pelos serviços de contabilidade da GAMMA e, em função das matérias tratadas em cada reunião do Conselho Fiscal, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander, nomeadamente a *Controller* e o Diretor Coordenador da Auditoria Interna. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos membros do Conselho Fiscal para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade da Empresa, realizaram-se contactos pontuais com responsáveis da GAMMA e do Revisor Oficial de Contas sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve representado, através do seu Presidente, na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2022, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da GAMMA ao longo do ano, mediante a leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, da informação periódica recebida sobre a atividade e resultados da Empresa e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.

- b) Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pela CMVM enquanto entidade supervisora, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- c) Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, auditoria interna, *compliance* e controlo interno.
- d) Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados e fiscalizado o processo de divulgação.
- e) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da GAMMA o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, incluindo o Anexo ao Relatório de Gestão, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da GAMMA,
- f) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes do processo de revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular a Matéria relevante de auditoria como tal identificada no processo de revisão legal das contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.
- g) O Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2022 e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 5º do Regulamento nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 e na alínea e) do nº 3 do art.º 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, analisou dezoito propostas de prestação de serviços adicionais por parte do Revisor Oficial de Contas, sendo um deles destinado simultaneamente à Santander Totta, SGPS, S.A. e ao Banco Santander Totta, S.A. e dezassete destinados apenas ao Banco Santander Totta, S.A., e em 2023, até à presente data, analisou mais cinco propostas de prestação de serviços adicionais por parte do Revisor Oficial de Contas destinadas ao Banco Santander Totta, S.A.. Em todos os casos mencionados foi emitido parecer favorável, após se constatar que tais serviços não seriam proibidos e não colocariam em causa a independência do Revisor Oficial de Contas.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da GAMMA, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da GAMMA.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da GAMMA – SOCIEDADE DE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A., as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da GAMMA no fim do exercício de 2022, e ao modo como se desenrolou a sua atividade.

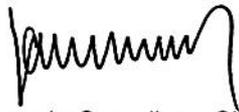
Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da GAMMA – SOCIEDADE DE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A., aprove:

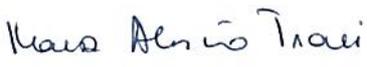
- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão.

Lisboa, 26 de abril de 2023

O CONSELHO FISCAL


José Duarte Assunção Dias (Presidente)


Henrique Salema de Carvalho e Silva (Vogal)


Marta Sobreira Reis Alarcão Troni (Vogal)